



# Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

## FICHA TÉCNICA

### Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã

### Promotor

Rede Social do Concelho da Lousã

### Coordenação Técnica

Gilda Silva

### Equipa Técnica

Helena Costa (coordenadora Radar Social)

Diana Meireles

Grupos de Trabalho Rede Social

### Conceção Gráfica

Câmara Municipal da Lousã

### Aprovação

Reunião do Plenário do CLAS da Lousã em 10 de setembro de 2024

### Vigência

2024-2030

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

# Índice

Introdução.....	1
2. Metodologia.....	2
3. Estrutura do Plano.....	3
3.1. Definição dos Eixos de Intervenção .....	3
4. Dimensão Estratégica.....	5
4.1 Âmbito Local .....	5
4.2 Âmbito Regional.....	6
4.3 Âmbito Nacional.....	6
5. Desafios da Intervenção.....	11
Plano de Ação 2024 - 2030 .....	19
6. Medidas a Implementar.....	20
7. Radar Social – Plano de Ação .....	47
8. Modelo de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação.....	51
9. Bibliografia .....	52

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

## Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social apresenta-se como um instrumento de planeamento estratégico, facilitador e promotor do desenvolvimento social, tendo por base as prioridades definidas no Diagnóstico Social, a sua elaboração está prevista no Art.º 36 do Decreto-Lei nº 115/2006.

Este Plano de Desenvolvimento Social determina eixos de intervenção, define e programa as várias etapas, estratégias a desenvolver e objetivos de intervenção, assim como indica as entidades responsáveis pela sua execução. Inclui, também, uma vertente preventiva, da redução e/ou minimização dos problemas identificados, bem como um planeamento integrado, isto é, tendo em consideração todas as dimensões dos problemas e as suas soluções.

Pretende-se prosseguir e aumentar a relação de parcerias e sinergias entre os atores locais, num sentido de compromisso comum em prol de uma ação coletiva, promovendo processos locais de intervenção social mais impactantes, eficientes e eficazes que permitam a continuidade de obtenção de resultados transformadores para o Concelho.

A intervenção em rede constitui o motor dos processos de desenvolvimento social local. Deste modo, pressupõe-se uma noção de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento económico, social e ambiental, bem como a participação ativa e concertada dos atores interessados, considerando o combate à pobreza e exclusão social como uma das principais áreas de intervenção contempladas, privilegiando-se o desenvolvimento de respostas integradas e integradoras.

Constitui pois, um instrumento de definição conjunta e partilhada, facilitador e promotor do desenvolvimento social, com o pressuposto de garantir que a rede de serviços e equipamentos sociais seja adequada e otimizada em coerência com as necessidades identificadas no Diagnóstico Social. Sendo o objetivo principal a promoção do desenvolvimento social local, que operacionaliza a estratégia inclusiva, sendo a base a partir do qual se definem os objetivos gerais, específicos, metas, ações, bem como entidades e recursos a afetar, tendo como finalidade última a operacionalização de Plano de Ação do Concelho para 2024-2030.

Este é terceiro o Plano de Desenvolvimento Social da Louçã, sendo que o primeiro foi produzido em 2010 e o segundo em 2019.

## 2. Metodologia

O Plano Desenvolvimento Social para o período 2024 – 2030 foi assente numa metodologia de trabalho que seguiu os princípios inerentes à Rede Social.

O processo participativo assumiu-se como uma das metodologias, facilitando a elaboração do diagnóstico e plano estratégico do PDS. A mediação e o envolvimento dos diferentes parceiros, públicos e privados foi facilitador na construção de novas respostas, procurando valorizar a experiência daqueles que estão mais próximos dos problemas e de quem os vive.

Na elaboração do Diagnóstico Social, procedeu-se também à análise estatística e recolha documental, tendo ainda sido promovidos momentos de discussão em contexto de reunião de Núcleo Executivo. Nesta etapa procurou-se identificar os principais problemas e necessidades do território e respetivas prioridades de intervenção.

Foram reunidos os indicadores sociais e respetivo enquadramento nas dimensões de pobreza e exclusão social, utilizando o modelo de análise SWOT.

Assim foram definidos os domínios e objetivos estratégicos de intervenção que sustentam o plano de ação para o concelho.

**Figura 1 – Processo Metodológico para a elaboração do PDS**



### 3. Estrutura do Plano

Em termos operativos, procedeu-se à aglutinação dos problemas prioritários, foram definidas duas Dimensões de Intervenção e os Eixos Orientadores do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Louçã.

A construção dos eixos possibilitará, com base numa estrutura de problemas designados como prioritários, a definição de objetivos gerais /estratégicos/ específicos e em termos operacionais respetivas ações/ metas e entidades responsáveis.

#### 3.1. -Definição dos Eixos de Intervenção

Assim, foram definidos 8 Eixos repartidos por 2 Dimensões:

3

##### 1ª. DIMENSÃO – COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- I. **Intervenção em Famílias em situação de vulnerabilidade/exclusão - Grupos Específicos**
- II. **Educação**
- III. **Saúde**
- IV. **Habituação**

##### 2ª. DIMENSÃO – CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS INSTITUIÇÕES

- V. **Capacitação e Gestão Organizacional de Governação Integrada**
- VI. **Equipamentos e Respostas Sociais**
- VII. **Igualdade de Género**
- VIII. **Participação e Cidadania**

##### 1ª. DIMENSÃO: COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Esta área define uma estratégia para o crescimento inclusivo do concelho, centrada nas potencialidades e oportunidades de desenvolvimento e nos desafios que a intervenção assume numa perspetiva inovadora e transformadora da realidade territorial, em prol do desenvolvimento e coesão social.

Apresenta também o processo de construção da visão estratégica para a Louçã, através da identificação das problemáticas prioritárias da intervenção, de modo a alavancar projetos estruturantes que promovam a melhoria das condições de vida e bem-estar dos grupos em situação de vulnerabilidade social

Promotores



Financiamento:

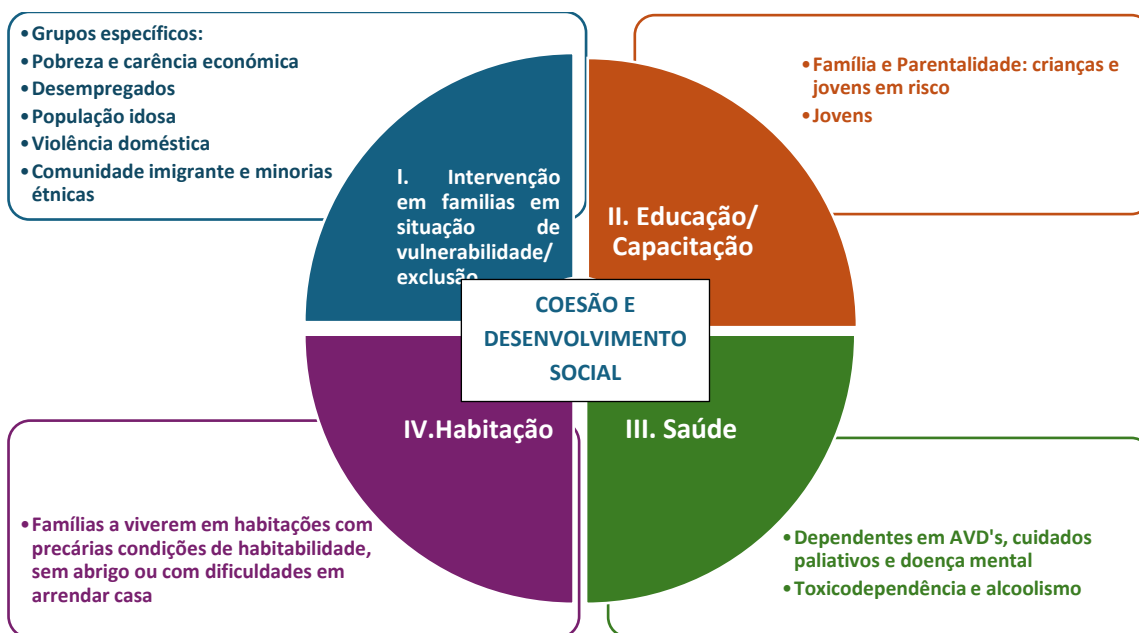


REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

**Figura 2 – 1ª. Dimensão - Coesão e Desenvolvimento Social**



**2ª. DIMENSÃO: CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS INSTITUIÇÕES**

A segunda dimensão, mais voltada para a questão do processo de auto-organização, da capacitação, da organização das instituições e da participação dos públicos-alvo e dirigentes, no sentido de diagnosticar as necessidades, reforçar o trabalho em rede e ao nível da inovação (novas metodologias para a intervenção junto dos públicos-alvo; novas formas de gestão dos recursos para uma aposta sustentável; modelos de reflexão e capacitação com técnicos; coordenadores; dirigentes e cidadãos/públicos-alvo).

A capacitação da comunidade e das instituições tem como principal objetivo capacitar organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, técnicos dirigentes e públicos vulneráveis no sentido de aumentar as competências ao nível pessoal, técnico e organizacional que possam gerar resultados e impactes na intervenção. Destaca-se a necessidade de capacitação sobre o modelo organizacional, em forma de rede, exigido para a construção e gestão de abordagens inovadoras face aos desafios atuais.

**Figura 3 – 2ª. Dimensão – Capacitação da Comunidade e das Instituições**





A definição de uma estratégia integrada para o desenvolvimento e crescimento inclusivo implica um modelo de governança com um compromisso para a cidadania, tendo por base os princípios da participação, onde são apresentadas as estruturas de funcionamento dos parceiros da Rede Social, as dificuldades e o compromisso com a estratégia de intervenção e de gestão do plano. A estratégia será orientada para os resultados a alcançar no processo de desenvolvimento social concelhio e envolve a mobilização da população através da sua participação efetiva no processo de planeamento, execução e avaliação pela promoção de uma sociedade mais igualitária, com maior destaque à igualdade de direitos e oportunidades aos grupos mais vulneráveis.

## 4. Dimensão Estratégica

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho da Lousã não tem por finalidade funcionar de forma isolada, agregando legislação e documentos de relevo a nível regional, nacional e internacional assegurando, desta forma, uma real complementaridade com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município. Foi, assim, realizado um enquadramento estratégico, para assegurar que o PDS da Lousã vá de encontro às medidas políticas e estratégias de carácter social e de desenvolvimento territorial.

Desta feita, a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, preconiza o quadro de transferência de novas competências para as autarquias locais, com o objetivo de promover uma maior autonomia local e melhorar a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Proporcionando assim maior proximidade entre os cidadãos e as decisões políticas e promovendo uma governança mais ágil e eficiente em nível local, atendendo de forma mais adequada às necessidades específicas de cada município.

O Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, estipula que para fazer face aos fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que, no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e ações definidas nos diferentes documentos de planeamento de âmbito nacional, regional e local.

Tendo em conta a importância da articulação do Plano de Desenvolvimento Social com os referidos planos, o presente plano operacionaliza a estratégia inclusiva para o concelho da Lousã para 2024-2030 e congrega todas as forças vivas do Município, procurando, numa comunhão de esforços, combater a exclusão social e erradicar as formas mais extremas de pobreza. Reflete também, o compromisso de consolidar um processo que alcance resultados transformadores para o concelho, capaz de contribuir para abrir novos horizontes, de maior eficiência e eficácia, na resolução dos problemas locais.

### 4.1 Âmbito Local

O PDS tem em consideração os planos locais e com eles estabelece ligações, nomeadamente:

Plano Estratégico Local da Habitação

Plano Municipal da Educação

Plano Municipal Sénior

Plano Municipal da Juventude

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

Perfil Municipal da Saúde (em elaboração)  
Plano Municipal da Igualdade e Não Discriminação  
Plano Municipal para as Migrações

## 4.2 Âmbito Regional

**Centro 2030**, refere-se ao programa operacional regional do Centro que abrange os anos de 2021 a 2027. Especialmente focado nas políticas territoriais, as quais estão reforçadas pelo processo de descentralização em curso no continente e contribui para a generalidade dos objetivos estratégicos, em particular para os objetivos Portugal + Próximo, Portugal + Verde e Portugal + Inteligente.

As prioridades do programa são: inovação e competitividade, conectividade digital sustentabilidade e transição climática, redes de transporte ferroviário, pilar europeu dos direitos sociais, centro + próximo e transição justa.

Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, **Pessoas 2030**. É um programa dedicado à demografia, qualificações e inclusão, este programa dirige-se às regiões menos desenvolvidas do continente, embora algumas das suas medidas possam abranger as regiões de Lisboa e do Algarve. intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e formação profissional e superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades, com intervenções que, em conjunto, também contribuem para enfrentar o desafio demográfico, dando cumprimento quase integral ao objetivo Portugal + Social.

As prioridades do programa são:

- Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género
- Mais e melhor qualificação inicial para crescer
- Mais e melhor (re)qualificação de adultos para crescer
- Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social
- Mais e melhor acesso a serviços de qualidade
- Combater a privação material

## 4.3 Âmbito Nacional

Relativamente aos documentos de âmbito nacional, o PDS assegura a articulação com:

**A Estratégia Portugal 2030**, consubstancia a visão do governo para a próxima década e é o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27 (Portugal 2030).

A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

Agenda Temática 1 - Coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual.

Agenda Temática 2 – Digitalização, inovação e qualificação como motores de desenvolvimento.

Agenda Temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos.

Agenda Temática 4 – Um país competitivo externamente e coeso internamente. Focado na coesão territorial, visa promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território nacional e, em especial, contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões.

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

**O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** é uma iniciativa do Governo que visa impulsionar a recuperação económica do país após os impactos da pandemia de COVID-19.

O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal foi elaborado em estreita colaboração com a Comissão Europeia e está estruturado em torno de três pilares principais: resiliência, transição climática e transição digital. O plano prevê um conjunto de reformas e investimentos em várias áreas, com o objetivo de impulsionar a competitividade, promover a sustentabilidade e fortalecer a coesão social.

Alguns dos principais objetivos e áreas de intervenção do PRR em Portugal incluem:

**Resiliência:** Fortalecimento do sistema de saúde e respostas a emergências de saúde pública, melhoria da resiliência das infraestruturas críticas, investimentos em ciência e tecnologia, capacitação digital e reforço da capacidade das instituições públicas.

**Transição Climática:** Promoção da sustentabilidade ambiental, investimentos em energias renováveis, eficiência energética, mobilidade sustentável, reabilitação urbana, gestão de resíduos e proteção da biodiversidade.

**Transição Digital:** Promoção da digitalização da economia e da sociedade, investimentos em infraestruturas digitais, inclusão digital, capacitação digital nas escolas, apoio à transformação digital das empresas e da administração pública.

**Competitividade e Emprego:** Estímulo ao empreendedorismo e à inovação, apoio às PMEs, qualificação e requalificação profissional, promoção do emprego jovem, estímulo ao investimento privado e medidas de apoio às indústrias afetadas pela pandemia.

O Plano de Recuperação e Resiliência envolve um investimento significativo em Portugal, com uma alocação de fundos da União Europeia de cerca de 16 bilhões de euros. O objetivo é implementar projetos e medidas que contribuam para uma recuperação económica sustentável e fortaleçam a resiliência do país.

**A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)** é uma iniciativa que visa promover a formação integral dos alunos, desenvolvendo competências e valores que os preparem para uma cidadania ativa, crítica e responsável. A ENEC foi lançada em 2017 e tem como horizonte temporal o período de 2017 a 2027.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania tem como objetivo principal promover a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na sociedade, respeitando a diversidade, os direitos humanos, a igualdade de género e a sustentabilidade ambiental. A estratégia abrange todo o sistema educativo português, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Alguns dos principais elementos abordados pela ENEC incluem:

Estímulo à participação ativa dos alunos na vida da escola e na tomada de decisões, através da criação de espaços de diálogo, assembleias de alunos e projetos de cidadania participativa;

Promoção da igualdade de género, combate à discriminação, preconceito e violência, promovendo a diversidade, o respeito e a inclusão;

Desenvolvimento de competências e valores relacionados com os direitos humanos, democracia, justiça social e solidariedade, fomentando o respeito pela dignidade humana;

Promoção da consciência e responsabilidade ambiental, abordando questões relacionadas com a sustentabilidade, alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, além de promover a cidadania global e a solidariedade internacional.

**Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável** - lançada em 2017 e tendo como horizonte temporal o período de 2017 a 2025, a ENEAS é orientada por cinco pilares principais:

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

Saúde e Cuidados de Longa Duração: Promover a saúde dos idosos, prevenindo doenças, assegurando cuidados de saúde adequados e melhorando o acesso aos cuidados de longa duração;

Participação Social e Cidadania Ativa: Estimular a participação social dos idosos, promovendo a inclusão, o voluntariado, o trabalho intergeracional e a participação cívica;

Trabalho, Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida: Fomentar a participação dos idosos no mercado de trabalho, assim como promover a formação e a aprendizagem contínua, reconhecendo a experiência e o conhecimento acumulados ao longo da vida;

Habituação, Transportes e Ambiente Adaptado: Garantir condições de habitação adequadas para os idosos, promovendo a acessibilidade, a segurança e a adaptação dos espaços físicos às necessidades da população idosa;

- Tecnologias e Inovação: Estimular o uso de tecnologias de comunicação adaptadas às necessidades dos idosos, visando melhorar a sua qualidade de vida, a autonomia e a segurança.

**A Estratégia Nacional para a Inclusão da Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)** pretende consolidar os progressos alcançados, bem como perspetivar o futuro, reforçando a inclusão das pessoas com deficiência. Assumindo-se como uma das áreas de referência da ação governativa almeja uma sociedade mais coesa e solidária. A ENIPD orienta-se pelos princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade, equidade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas, e pelo respeito pela diferença e diversidade. Assenta ainda em oito eixos estratégicos:

- I. Cidadania, igualdade e não discriminação
- II. Promoção de um ambiente inclusivo
- III. Educação e qualificação
- IV. Trabalho, emprego e formação profissional
- V. Promoção da autonomia e vida independente
- VI. Medidas, serviços e apoios sociais
- VII. cultura, desporto, turismo e lazer
- VIII. Conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento

**Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (2018 a 2030)** – documento que define as políticas e as ações prioritárias para promover a igualdade de género, a não discriminação e a diversidade. Coordenada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tem como principais objetivos e áreas de atuação:

- Igualdade de género: Promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento entre mulheres e homens em todas as áreas da vida, incluindo o trabalho, a educação, a saúde e a participação política.
- Não discriminação: Prevenir e combater todas as formas de discriminação, incluindo discriminação com base na raça, etnia, religião, orientação sexual, idade, deficiência e outras características pessoais.
- Violência de género: Prevenir e combater a violência de género, incluindo a violência doméstica, o tráfico de seres humanos e a mutilação genital feminina.
- Participação e representação: Promover a participação e a representação equitativa de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão, tanto a nível público como privado.

**Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PNPCVDG)** integra a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal+Igual (ENIND), para o período de

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

2023-2026, visa estabelecer diretrizes, medidas e estratégias para enfrentar a violência dirigida às mulheres e à violência doméstica.

O plano tem como principais objetivos:

- Prevenir a violência contra mulheres: através de campanhas de conscientização, programas educacionais e ações de sensibilização, visando promover uma cultura de respeito e igualdade de género;
- Proteger e apoiar as vítimas: desenvolvendo mecanismos de proteção e apoio às vítimas de violência, oferecendo serviços de acolhimento, assistência jurídica, psicológica e social para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres afetadas;
- Punir e responsabilizar os agressores: assegurando a aplicação rigorosa da lei e das medidas legais para responsabilizar os agressores, a fim de garantir a justiça e dissuadir futuros atos de violência;
- Capacitar profissionais: promover competências /conhecimentos específicos junto dos agentes de autoridade, profissionais de saúde, entre outros elementos-chave, a fim de lidar de forma adequada com as vítimas e casos de violência doméstica.

O PAVMVD é um instrumento fundamental para garantir a proteção dos direitos das mulheres, promovendo a igualdade de género e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas as pessoas.

**O Plano Estratégico para as Migrações** - tem como objetivo principal garantir uma abordagem mais coerente e eficaz nas políticas de migração em Portugal, promovendo a igualdade, a inclusão social e a coesão entre os migrantes e a população portuguesa.

Algumas das áreas de atuação do PEM incluem:

- Acolhimento e Integração: Promover a implementação de medidas de acolhimento adequadas para migrantes e refugiados, com ênfase na habitação, saúde, educação, formação profissional e acesso a serviços públicos;
- Emprego e Empreendedorismo: Fomentar a integração laboral dos migrantes, através do reconhecimento de competências, apoio à procura de emprego, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo;
- Educação e Formação: Garantir a igualdade de acesso à educação e promover a aprendizagem da língua portuguesa como forma de facilitar a integração das crianças migrantes e jovens no sistema educativo;
- Participação Cívica e Igualdade de Direitos: Promover a participação ativa dos migrantes na vida cívica, cultural e política do país, assegurando a igualdade de direitos e o combate à discriminação;
- Cooperação Internacional: Reforçar a cooperação com países de origem e de trânsito, assim como com organizações internacionais, para abordar os desafios da migração de forma coordenada e eficiente.

**O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030** – documento que define as principais necessidades e expectativas de saúde da população, estabelecendo como grandes desígnios: a redução das desigualdades; a promoção do desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis; a minimização de consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde; a redução de um modo integrado da carga das doenças transmissíveis e não transmissíveis; e a manutenção sob controlo dos problemas de saúde que se encontram em risco de aumentar, emergir ou reemergir. Define as prioridades, metas e estratégias para o setor de saúde no país. O PNS tem uma visão de longo prazo e é atualizado periodicamente para se adequar às necessidades emergentes da população e aos desafios da área da saúde.

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

## O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030 (PNRCAD) tem como intuito redefinir as políticas e os serviços de saúde.

Perante os novos desafios que foram identificados nos últimos anos, revelou-se necessário ampliar a abordagem e as respostas ao âmbito de outros comportamentos aditivos e dependências (CAD), que não incluem apenas as substâncias psicoativas. Estas problemáticas acarretam riscos e custos aos quais é importante fazer face pelas repercussões e impacto que têm na vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade.

O plano constitui-se, assim, como uma inovação importante no domínio das políticas de saúde, adotando uma visão estratégica assente numa perspetiva global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de CAD. Enaltece a importância de criar um sistema integrado, baseado em serviços especializados, particularmente diferenciados, que regule as relações de complementaridade e de apoio técnico entre as diferentes entidades intervenientes envolvidas e a envolver na operacionalização do Plano.

Assim, o plano assenta-se nos objetivos que se seguem:

- Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências;
- Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado;
- Garantir que a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo;
- Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo;
- Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.

O PDS tem ainda como referência a **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. Esta, por sua vez, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais ao nível da definição de planos de ação assentes em Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são** uma série de metas estabelecidas pelas Nações Unidas para serem alcançadas até 2030. Os ODS abrangem uma ampla gama de desafios globais e têm como objetivo promover um desenvolvimento sustentável, abordando questões sociais, económicas e ambientais de forma integrada. Os 17 ODS são os seguintes:

1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde de Qualidade: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades.
4. Educação de Qualidade: Assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. Igualdade de Género: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Limpa e Saneamento: Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso a uma energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Económico: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Indústria, Inovação e Infraestruturas: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

Promotores



Financiamento:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

10. Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Sustentáveis: Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis.
13. Ação Climática: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias para os Objetivos: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

## 5. Desafios da Intervenção

Área	Desafios	Recursos
<b>Famílias em situação de vulnerabilidade e emergência social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reduzir a pobreza nas famílias, em especial a pobreza infantil</li> <li>✓ Estimular a participação, inserção, integração e permanência no trabalho</li> <li>✓ Responder às necessidades de habitação a baixo custo</li> <li>✓ Proporcionar momentos de partilha de vivências intrafamiliares</li> <li>✓ Aumentar junto das famílias a intervenção ao nível das competências parentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento social descentralizado</li> <li>- Medidas de apoio social: RMES, ABEM, Centros de Recursos (alimentar/ mobiliário /vestuário), Ação Social Escolar, PARHD, POAPMC, Cantina Social e Tarifa Social e Familiar</li> <li>- Rede Social: respostas sociais das organizações, associações e instituições;</li> <li>- ADSCCL: Microninho, incubadora social e de inovação</li> <li>- IEFM-Medidas Ativas de Emprego</li> <li>- ARCIL: Centro de Recursos</li> <li>- Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade</li> <li>- Programa Escolhas 8G</li> <li>- Programa CLDS 5G</li> <li>- Projeto Radar Social</li> </ul>
<b>População Idosa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Responder a novas problemáticas: doença mental e maior grau de dependência dos idosos, muitas vezes associadas a uma maior longevidade</li> <li>✓ Fomentar o envelhecimento ativo: zelar pela independência e autonomia (nas dimensões físicas, psíquicas e sociais) das pessoas que cada vez em maior nº. solicitam a antecipação das suas reformas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Municipal Sénior</li> <li>- Medidas de apoio social: RMES, ABEM, Centros de Recursos (alimentar, mobiliário/ vestuário), Ação Social Escolar, PARHD, POAPMC, Cantina Social, Tarifa Social</li> <li>- Projeto “Lousã a Mexer +”</li> <li>- Conselho Municipal Sénior</li> </ul>

<p><b>População Idosa (cont)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Combater a desertificação dos meios rurais – que conduz à desfiliação familiar e a um maior isolamento socio familiar</li> <li>✓ Necessidade de flexibilizar e adequar as respostas sociais</li> <li>✓ Promover a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos e combater a pobreza neste grupo</li> <li>✓ Implementar mecanismos de inovação tecnológica e produtividade</li> <li>✓ Adequar as habitações às limitações físicas e psíquicas dos idosos</li> <li>✓ Recuperar as relações de vizinhança, que promovem a interajuda, a solidariedade e a proximidade individual e coletiva</li> <li>✓ Participar na vida em sociedade, através da ativação comunitária, num espírito de interação e partilha de experiências</li> </ul>	<p>-ADSCCL: Banco de Recursos dos Cinco Sentidos- sénior</p> <p>-Ateliers desenvolvidos pelos Miminhos dos Avós, ADRAS e por IPSS'S</p> <p>-Atividades dinamizadas pelas Associações Recreativas e Culturais</p> <p>-Programa CLDS 5G</p> <p>-Projeto Radar Social</p>
<p><b>Violência Doméstica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar o trabalho em rede, nomeadamente nas respostas de combate violência doméstica e de namoro;</li> <li>✓ Capacitar os vários intervenientes relacionados com a violência;</li> <li>✓ Trabalhar a violência em diferentes contextos: Escola, Família e Comunidade</li> <li>✓ Intervir preventivamente junto dos agressores</li> </ul>	<p>-Ministério Público</p> <p>-GNR</p> <p>-Plano Municipal da Igualdade</p> <p>- Serviços de Saúde</p> <p>-Equipa 6 em Rede, gabinete de apoio à vítima de violência doméstica e o comprometimento de vários parceiros intermunicipais</p> <p>-Rede Social: respostas sociais das organizações, associações e instituições</p> <p>-Programa Escolhas 8G</p> <p>-Programa CLDS 5G</p> <p>-Projeto Radar Social</p>
<p><b>Comunidade Imigrante e Minorias Étnicas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dar continuidade às ações do Plano Municipal de Integração dos Migrantes</li> <li>✓ Mobilizar a participação dos estrangeiros em ações comunitárias</li> </ul>	<p>-Plano Municipal de Integração dos Migrantes</p> <p>-Centros de Recursos (alimentar, mobiliário/ vestuário)</p> <p>-ARCIL: Centro de Recursos e Formação</p>



Área	Desafios	Recursos
<b>Comunidade Imigrante e Minorias Étnicas (cont.)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover e valorizar o Município para captação e fixação de imigrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-ADSCCL: Microninho Imigrante</li> <li>-Programa de reforço escolar e atividades multiculturais promovidas pelas escolas e autarquia</li> <li>-IEFP: Medidas de Apoio à Contratação e outras medidas de emprego</li> <li>-Programa CLDS 5G</li> <li>-Projeto Radar Social</li> <li>- Associação de Estrangeiros na Lousã</li> </ul>
<b>Deficiência e Incapacidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir igualdade de oportunidades na integração socioprofissional desta população</li> <li>✓ Garantir respostas complementares de apoio à família, a ocupação de crianças e jovens especificamente as que frequentam as unidades de multideficiência e autismo, fora do contexto escolar, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela escola</li> <li>✓ Capacitar a comunidade sobre a problemática da deficiência no concelho</li> <li>✓ Disponibilizar respostas sociais a uma população com deficiência, envelhecida ou em processo de envelhecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ARCIL</li> <li>-Agrupamento de Escolas da Lousã</li> <li>- Status - Escola Profissional da Lousã</li> <li>-Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade</li> <li>-AESL e empresas locais</li> <li>-IEFP: Medidas de Apoio à Contratação e outras medidas de emprego no âmbito da reabilitação</li> </ul>
<b>Educação - Família e Parentalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Potenciar a concertação de recursos disponíveis nas áreas da infância, juventude e de apoio à família e promover a sua divulgação junto da comunidade escolar</li> <li>✓ Estimular a uma maior participação no processo educativo dos filhos/ educandos, dos pais/ mães e/ou encarregados de educação</li> <li>✓ Utilizar novas metodologias de intervenção junto das Famílias para promover a sua autonomia</li> <li>✓ Promover o envolvimento das famílias e das Associações de Pais</li> <li>✓ Reforçar as competências pessoais, familiares e sociais para uma parentalidade positiva e consciente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Agrupamento de Escolas da Lousã</li> <li>-Status- Escola Profissional da Lousã</li> <li>-Estratégia Nacional de Igualdade</li> <li>-Projeto Educativo Local</li> <li>-Rede de Cidades Educadoras</li> <li>-Rede de Municípios Saudáveis</li> <li>-Programa Escolhas 8G: Espaço J</li> <li>-Associações desportivas, culturais e outras</li> </ul>

Área	Desafios	Recursos
<b>Educação - Família e Parentalidade (cont.)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Valorizar o papel dos pais/ encarregados de educação e criar condições para que possam conciliar a vida profissional com a vida familiar</li> <li>✓ Reduzir o número de crianças em situação de risco ou vulnerabilidade sociofamiliar</li> <li>✓ Promover a participação ativa dos jovens na vida da sua comunidade</li> <li>✓ Minimizar os comportamentos aditivos nos jovens</li> <li>✓ Reduzir os episódios de indisciplina na escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Associação de Pais</li> <li>-Programa CLDS 5G</li> <li>-Projeto Radar Social</li> <li>-ADSCCL: Fortaleza dos Afetos</li> </ul>
<b>Educação: Formação/ Empreendedorismo Jovem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir a acessibilidade e a igualdade de oportunidades das crianças em idades de frequência do ensino pré-escolar, residentes em zonas sem cobertura deste equipamento</li> <li>✓ Motivar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e absentismo escolar</li> <li>✓ Preparar os jovens para integrar o mercado de trabalho</li> <li>✓ Apoiar e diversificar a oferta de atividades de Ocupação de Tempos Livres dos jovens: com/sem Necessidades Educativas Especiais e com/sem diferentes graus de dependência. Adequar a programação destas atividades à faixa etária dos 15 aos 30 anos de idade</li> <li>✓ Promover a fixação de alunos nas escolas do concelho da Lousã, através do ajustamento e diversificação das oportunidades de formação</li> <li>✓ Promover o convívio e dinamizar propostas de desenvolvimento cultural e criativo para os jovens</li> <li>✓ Valorizar a função e o papel educativo da família, nomeadamente no âmbito escolar mediante dinamização / criação de unidades curriculares ou outras iniciativas inovadoras que apelem à participação do conjunto da sociedade local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Agrupamento de Escolas da Lousã</li> <li>-AEL: Serviço de Psicologia e Orientação</li> <li>-Status-Escola Profissional da Lousã</li> <li>-IEFP: Serviço Formação Profissional</li> <li>-Projeto Educativo Local</li> <li>-Rede de Cidades Educadoras</li> <li>- Plano de Promoção do Sucesso Educativo e Prevenção do Abandono Escolar, com a CIMRC</li> <li>-Plano de Atividades Educativas da CML</li> <li>-Conselho Municipal da Juventude</li> <li>-Plano Municipal da Juventude</li> <li>-Oficina de Segurança</li> <li>-ARCIL</li> <li>-Programa Escolhas 8G: Espaço J;</li> <li>-Orçamento Participativo Jovem de Portugal</li> <li>-AESL e empresas locais</li> <li>-Programa CLDS 5G;</li> <li>-Projeto Radar Social</li> </ul>

Área	Desafios	Recursos
<p align="center"><b>Qualificação Profissional/ Inserção Socioprofissional da População Ativa Desempregada</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estreitar ligações com empregadores para potenciar o seu envolvimento na (re)integração profissional de pessoas em situação de maior vulnerabilidade</li> <li>✓ Aumentar a participação das empresas nos contextos de formação e medidas ativas de emprego</li> <li>✓ Lançar novos negócios</li> <li>✓ Promover o empreendedorismo social ou inclusivo (responsabilidade das organizações na inclusão socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos)</li> <li>✓ Adequar a qualificação às necessidades do mercado de trabalho</li> <li>✓ Potenciar a inserção profissional efetiva dos Desempregados de Longa Duração (DLD), principalmente das desempregadas do sexo feminino e de pessoas com mais de 55 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Empresas com um forte dinamismo e espírito empreendedor</li> <li>-Gabinete de Apoio ao Empreendedor e ao Empreendedorismo da CML</li> <li>-Incentivos à fixação de empresas</li> <li>-IEFP - Medidas Ativas de Emprego</li> <li>-Programa CLDS 5G</li> <li>-ARCIL: Centro de Formação Profissional/ Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego</li> <li>-ADSCCL: Microninho incubadora social e de inovação</li> <li>-Entidades Formadoras</li> </ul>
<p align="center"><b>Promoção da Saúde</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capacitar os técnicos das instituições para a problemática da doença mental, violência doméstica e deficiência</li> <li>✓ Melhorar a articulação e comunicação entre os serviços e evidenciar as atividades desenvolvidas no âmbito da saúde</li> <li>✓ Promover ações de combate à obesidade</li> <li>✓ Promover hábitos de vida saudável</li> <li>✓ Potenciar o envolvimento dos vários serviços de saúde públicos e privados</li> <li>✓ Envelhecimento associado a maior dependência dos idosos e outros problemas como a doença mental</li> <li>✓ Alargar o número e o tipo de respostas na área da doença mental e investir num atendimento de proximidade</li> <li>✓ Promover os fatores de proteção associados a comportamentos aditivos e dependências</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- UCC Arouce-Lousã “Comunidade amiga dos Bebés”</li> <li>-PPES: Ações de prevenção da saúde nas escolas</li> <li>-ABEM: programa de apoio à aquisição de medicamentos</li> <li>-Serviços de saúde certificados</li> <li>-Projeto “Lousã a Mexer +”</li> <li>-Serviços de psicologia disponíveis na CML, AEL e Saúde</li> <li>-Associações Desportivas</li> <li>-ARCIL: Projeto OportunaMENTE e Projeto ARCIL e Saúde</li> <li>-CLDS 5G</li> <li>-Projeto Radar Social;</li> </ul>

Área	Desafios	Recursos
<b>Promoção da Saúde (cont.)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver núcleo de serviços especializados na área da intervenção precoce e apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens</li> <li>✓ Promover projetos de ocupação de adultos com deficiência na área do ambiente e da valorização do território (p.e.Quinta Pedagógica)</li> <li>✓ Alargar a oferta de serviços online</li> <li>✓ Criar equipas comunitárias de saúde mental</li> </ul>	
<b>Respostas Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Requalificar a paisagem organizacional – previsão de áreas de investimento ao nível das respostas sociais</li> <li>✓ Responder às necessidades específicas através do mapeamento das necessidades sociais, em áreas como a violência doméstica, deficiência e saúde mental</li> <li>✓ Estruturar estratégias e soluções para o desenvolvimento auto- sustentável das organizações do terceiro setor</li> <li>✓ Alargar respostas sociais de apoio à família nomeadamente na flexibilidade de horários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Segurança Social</li> <li>-Parceiros da Rede Social</li> <li>-Projeto Radar Social</li> </ul>
<b>Direitos Humanos, Igualdade de Oportunidades e Género, Não Discriminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover uma mudança de mentalidades para uma sociedade mais igualitária</li> <li>✓ Capacitar os técnicos e dirigentes na promoção da igualdade de género nas suas estruturas internas</li> <li>✓ Continuar a promover a Equipa Local para a Igualdade e proceder à atualização do Plano Municipal da Igualdade</li> <li>✓ Capacitar a comunidade sobre os princípios da Carta das Cidades Educadoras e os objetivos do Movimento de Cidades Saudáveis</li> <li>✓ Promover a prevenção da exclusão social, racismo, xenofobia, sexismo, homo e transfobia, bem como outras formas de discriminação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reativar a Associação de Estrangeiros na Lousã</li> <li>-Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade</li> <li>-Banco de Voluntariado</li> <li>-Plano Municipal da Igualdade</li> <li>-Adesão do Município à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local</li> <li>-Associativismo local</li> <li>-Projeto Radar Social</li> </ul>

Área	Desafios	Recursos
<p align="center"><b>Participação Cívica e Cidadania</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disponibilizar informação e meios que propiciem a participação dos cidadãos nos mecanismos de participação pública formais</li> <li>✓ Promover voluntariado jovem e sénior, capacitando os voluntários para os objetivos e compromisso a que se propõem</li> <li>✓ Valorizar o voluntariado dirigido para a mobilização da participação cívica</li> <li>✓ Promover a participação juvenil e dos mais desfavorecidos em iniciativas no território</li> <li>✓ Melhorar o processo de auto-organização e participação dos públicos-alvo</li> <li>✓ Qualificar e capacitar os cidadãos para a participação em processos de desenvolvimento</li> <li>✓ Incentivar a participação pública e a partilha de ideias dos jovens e dos séniores junto de decisores políticos, dirigentes ou membros de organizações não-governamentais</li> <li>✓ Fomentar a participação e envolvimento da cidadania na resolução dos problemas e desafios sociais da comunidade</li> <li>✓ Acompanhar o associativismo jovem e migrante e a constituição de grupos informais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Orçamentos participativos nacionais e locais</li> <li>-Órgãos políticos e associativos</li> <li>-Banco de voluntariado</li> <li>-Agrupamento de Escolas da Lousã</li> <li>-Status Escola Profissional da Lousã</li> <li>-Redes de Cidades Educadoras e Cidades Saudáveis</li> <li>-Conselho Municipal Jovem</li> <li>-Conselho Municipal Sénior</li> <li>-Assembleia Municipal Jovem</li> <li>-Programa CLDS 5G</li> <li>-Dueceira: Fundo Ambiental</li> <li>-Criação do Núcleo Local de Garantia para a Infância</li> <li>-Projeto Radar Social</li> <li>-Outros Programas</li> </ul>
<p align="center"><b>Território</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a fixação da população jovem</li> <li>✓ Incentivar e apoiar o aumento da natalidade</li> <li>✓ Promover o envelhecimento ativo</li> <li>✓ Apoiar a criação e fixação de empresas</li> <li>✓ Alargar e qualificar as zonas industriais</li> <li>✓ Contrariar a desertificação das zonas rurais através do aumento e certificação de empresas agrícolas e florestais</li> <li>✓ Atrair investimento e empreendedores para possibilitar o aumento da produção e produtividade, na indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aflopinhal</li> <li>-Adxtur: Agência para o desenvolvimento turístico das aldeias do xisto</li> <li>-Agência da Serra da Lousã</li> <li>-Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra</li> <li>-CCDRC</li> <li>-AESL e empresas locais</li> <li>- Operadores turísticos com influência na Lousã</li> </ul>

Área	Desafios	Recursos
<p><b>Território (cont)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reforçar a promoção turística do concelho, desenvolvendo a gestão territorial da Serra da Lousã, harmonizando as suas diversas vertentes (desportiva, florestal, ambiental, outras)</li> <li>✓ Aproveitar os recursos naturais para criar soluções locais</li> <li>✓ Valorizar os produtos endógenos, os produtos DOP - Denominação de Origem Protegida e certificar unidades artesanais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Apoio ao investimento turístico</li> <li>-Orçamento Municipal</li> </ul>
<p><b>Capacitação e Gestão Organizacional de Governação Integrada</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar o trabalho em rede e apresentar projetos interinstitucionais/ intermunicipais</li> <li>✓ Aumentar as competências de gestão e organização das instituições da rede social</li> <li>✓ Fomentar a melhoria dos serviços através da Certificação de Qualidade</li> <li>✓ Alargar o serviço de proximidade</li> <li>✓ Otimizar o sistema de gestão e informação, apostando na monitorização e avaliação</li> <li>✓ Criar um Observatório Social que permita criar mecanismos de divulgação interna e externa dos projetos dos parceiros da Rede Social</li> <li>✓ Promover maior interdisciplinaridade, competência tecnológica e humana;</li> <li>✓ Criar comunidades de prática (captação de informação, experiências, modelos de reflexão e capacitação) que envolva técnicos, coordenadores, dirigentes e cidadãos/públicos-alvo</li> <li>✓ Inovar nas metodologias utilizadas para a intervenção junto dos públicos-alvo: novas formas de gestão dos recursos para uma aposta sustentável e para o programa de ação social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede Social</li> <li>-NLI (Núcleo Local de Inserção)</li> <li>-Programa Escolhas 8G</li> <li>-Conselhos Municipais: <ul style="list-style-type: none"> <li>de Educação,</li> <li>de Juventude</li> <li>de Ação Social</li> <li>de Segurança Sênior</li> </ul> </li> <li>-Equipas multidisciplinares de projetos em curso</li> <li>-Programa CLDS 5G</li> <li>-Projeto Radar Social</li> </ul>

# PLANO DE AÇÃO 2024 - 2030

Promotores



Financiamento:



## 6. Medidas a Implementar

### 1ª. DIMENSÃO – COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### EIXO I – INTERVENÇÃO EM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE /EXCLUSÃO - GRUPOS ESPECÍFICOS

**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade / exclusão: - pobreza e carência económica**

**Objetivos Gerais:** Promover a inclusão social e a participação ativa dos cidadãos, desenvolvendo soluções integradas para atender às necessidades emergentes dos mais vulneráveis

Minimizar os efeitos da pobreza

Melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e emergência social e assegurar os direitos básicos de cidadania

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Metas	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>Situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social, dos agregados familiares beneficiários de RSI, por motivos de desemprego, subemprego, doença e dificuldades de integração social</p> <p>Aumento do número de novas famílias que recorrem a apoios sociais</p>	<p>Reforçar os apoios sociais</p> <p>Orientar os cidadãos para as medidas de política social e prestações sociais disponíveis, de forma a aumentar os rendimentos do agregado familiar e capacitar os mesmos para a sua autonomização</p> <p>Potenciar a responsabilidade social das empresas, organizações e instituições</p>	<p>Articular com os parceiros da Rede Social e potenciar o recurso dos cidadãos às medidas de política social do concelho</p> <p>Prestar apoio nas situações de pobreza e carência económica</p> <p>Intensificar o apoio aos cidadãos com necessidades básicas essenciais emergentes e em situação de vulnerabilidade social</p> <p>Estimular os cidadãos à participação e inserção pela integração e permanência no trabalho efetivo</p>	<p>Assegurar o acesso dos cidadãos a condições básicas de subsistência (p.e. bens básicos) recorrendo às medidas de apoio social disponíveis no concelho</p> <p>Manter e/ou reforçar os apoios sociais às famílias em situação de vulnerabilidade, priorizando as despesas com a subsistência, saúde, habitação e educação</p> <p>Assegurar um atendimento e acompanhamento de proximidade às famílias em situações de carência. Definir um “Técnico de Referência” como elo entre os serviços e o agregado familiar</p> <p>Alargar medidas de apoio à integração profissional para públicos específicos (ex. medidas emprego apoiado, vida emprego formação em contexto de trabalho, entre outros)</p> <p>Serviços para tod@s - Apoio para as famílias em situação de vulnerabilidade no acesso a plataformas digitais da área da educação,</p>	<p>Assegurar apoio a 90% das famílias que recorrem aos serviços para apoio social, desde exista enquadramento nos critérios definidos em regulamento específico e tendo como limite o orçamento do ano</p> <p>Efetuar visitas domiciliárias a 90 % dos agregados familiares sinalizados ou em acompanhamento.</p> <p>Implementar o “Técnico de Referência”</p>	<p>Nº de famílias/pessoas que recorrem aos serviços</p> <p>Nº de famílias apoiadas /tipo de apoio social</p> <p>Nº beneficiários que requereram pensões ou prestações sociais</p> <p>Nº de beneficiários integrados/ acolhidos em respostas sociais</p> <p>Nº de entidades envolvidas nos modelos de atuação para as situações de vulnerabilidade e emergência social</p>	<p>CML-Medidas de apoio social: RMES, PARHD, ABEM, Tarifa social e familiar</p> <p>Centros de Recursos: Associação Vida Abundante e Conferência Vicentina da Lousã e de Serpins</p> <p>Segurança Social – Prestações Sociais e Ajudas Técnicas</p> <p>ADIC e SCML- Cantina social</p> <p>CML, ADSCCL e SCML- POAPMC</p> <p>IEFP</p>

Promotores



Financiamento:





**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade / exclusão: - pobreza e carência económica (cont.)**

**Objetivos Gerais:** Promover a inclusão social e a participação ativa dos cidadãos, desenvolvendo soluções integradas para atender às necessidades emergentes dos mais vulneráveis  
 Minimizar os efeitos da pobreza  
 Melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e emergência social e assegurar os direitos básicos de cidadania

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Metas	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
			finanças, segurança social e de apoio a candidaturas no âmbito da habitação, nomeadamente Fundo Ambiental e /ou outras			CLDSG Radar Social
Elevado número de crianças/ jovens que beneficiam do 1.º e 2.º escalão de abono de família (Pobreza Infantil)		Apoiar as crianças e jovens em situação de pobreza e/ou em risco de perigo	Manter e/ou reforçar os apoios no âmbito da ação social escolar para os alunos beneficiários do 1.º e 2.º escalão de abono de família  Desenvolver um modelo de intervenção local integrada dirigida às crianças e jovens e suas famílias entre os estabelecimentos de ensino, respostas sociais, comunidades locais, serviços de ação social, de saúde e de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens com vista à resolução dos problemas identificados e assegurar a inclusão social.  Complementaridade das respostas – participação da rede familiar e institucional	Criar o Núcleo Local de Garantia para a Infância	Núcleo Local de Garantia para a Infância em funcionamento	ARCIL - Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego/Programa INCORPORA  Empresas  ADSCCL: Fortaleza dos Afetos  ADSCCL: Microninho incubadora social e de inovação  IPSS's: respostas sociais

Promotores



Financiamento:



**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, desempregados**

**Objetivos Gerais:** Promover a empregabilidade  
Promover a inserção profissional dos desempregados

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Insuficiência de oportunidades de emprego para a população portadora de deficiência e outros grupos socialmente estigmatizados, nomeadamente beneficiários de RSI, comunidade cigana, pessoas com doença mental e DLD com + 55 anos	Potenciar o envolvimento dos empregadores na (re)integração profissional de desempregados em situação de maior vulnerabilidade	Aumentar a proximidade entre a população em idade ativa e os agentes empregadores	Sensibilizar e dinamizar nas instituições o desenvolvimento de projetos em parceria com o tecido empresarial	Estabelecer 2 protocolos/contratos de parceria entre instituições de solidariedade e empresas	Nº de protocolos /contratos de parceria estabelecidos entre as instituições de solidariedade e as empresas	IEFP Segurança Social CML- GAEE
Baixas qualificações escolares e profissionais de alguns desempregados	Fomentar a capacitação e qualificação escolar ou profissional de desempregados em situação de maior vulnerabilidade que visem a integração profissional ou formativa	Promover a realização de ações de divulgação de ofertas de emprego	Alargar a divulgação nas redes locais informação sobre propostas de emprego e dos grupos de empregabilidade	Integrar profissionalmente, em contexto de formação, medidas ativas de emprego e / ou estágios em contexto de trabalho	Nº de pessoas integradas profissionalmente, em contexto de formação, medidas ativas de emprego e / ou estágios em contexto de trabalho	Associação Empresarial Serra da Lousã Empresas Parceiros da Rede Social
Aumento da taxa de desemprego, nos últimos 2 anos, especialmente o desemprego feminino e de cidadãos maiores de 55 anos	Potenciar a responsabilidade social das empresas e instituições	Promover a inserção no mercado de trabalho	Realizar ações de formação para reconhecer, validar e certificar competências pessoais, sociais e profissionais de pessoas com maior dificuldade de integração	Encaminhar e apoiar beneficiários do RSI na elaboração do seu CV	Nº de desempregados integrados em emprego / formação ou medidas ativas de emprego	Equipa do NLI ARCIL - Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego/Programa INCORPORA
Aumento do número de imigrantes em situação de desemprego		Estimular a participação e cumprimento dos deveres dos formandos ou trabalhadores	Divulgar medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoiar no encaminhamento de candidatos	Integrar 10 beneficiários/ ano do RSI em medidas ativas de emprego	Nº de desempregados integrados em emprego / formação ou medidas ativas de emprego	ADSCCL: Microninho incubadora social e de inovação
Fraca participação em ações de responsabilidade social, por parte das empresas locais				Integrar 15 desempregados/ ano em cursos de formação		AEL

Promotores



Financiamento:



**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, desempregados (cont.)**

**Objetivos Gerais:** Promover a empregabilidade  
Promover a inserção profissional dos desempregados

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Pouca abertura por parte das empresas para desenvolverem processos formativos internos						Status: Escola Profissional da Louçã
Pouca flexibilidade por parte das entidades patronais no horário de trabalho para famílias monoparentais Mercado de trabalho incapaz de absorver mão-de-obra altamente qualificada Poucas oportunidades de emprego na região para pessoas jovens qualificadas, desemprego jovem aumentou Ausência de dinâmicas que fomentem o empreendedorismo jovem, tanto ao nível de estruturas como ao nível de dinâmicas formativas Não reconhecimento das profissões intermédias	Fomentar projetos locais de empreendedorismo Reforçar a implementação da Agenda do Trabalho Digno e da Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho dos pais das crianças e jovens, em situações de desemprego de longa duração ou de inatividade, bem como programas focados na requalificação, reconversão e formação de adulto com baixas qualificações e/ou competências.	Incentivar empresas para a realização de processos formativos internos Incentivar e promover o empreendedorismo jovem e feminino Identificar e promover projetos piloto na área da empregabilidade com públicos específicos	Realizar ações de informação aos empresários e contabilistas sobre as medidas ativas de emprego e outros programas formativos e de apoio à contratação Apoiar a realização de feiras temáticas e mercados municipais promotores dos produtos artesanais locais Encaminhar para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego Criar/formalizar a Cooperativa (marca da Louçã).	Até 2030 realizar pelo menos 2 ações de informação/ ano de informação aos empresários e contabilistas sobre as medidas ativas de emprego e outros programas formativos e de apoio à contratação Até 2030 realizar pelo menos 2 feiras temáticas e mercados municipais/ ano promotoras dos produtos artesanais Até finais de 2030 criar uma Cooperativa para promoção dos produtos marca Louçã	Nº de ações de informação realizadas aos empresários e contabilistas sobre as medidas ativas de emprego e outros programas formativos e de apoio à contratação Nº de feiras temáticas e mercados municipais promotores dos produtos artesanais realizadas Nº de artesãos e outros empreendedores envolvidos Criação da Cooperativa para promoção dos produtos marca Louçã	DECO IPSS

**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, População Idosa**

**Objetivos Gerais:** Garantir a integração social e segurança dos idosos em situação de solidão ou isolamento social  
Promover o envelhecimento ativo

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Aumento do nº de idosos em situação de isolamento familiar e social  Desertificação das zonas rurais do concelho geradora de desfiliação familiar	Conhecer as problemáticas inerentes à situação de isolamento socio familiar dos idosos  Potenciar redes de apoio formal e informal a idosos isolados e/ou dependentes	Atualizar o conhecimento da população idosa em situação de isolamento e/ou solidão  Assegurar o apoio individualizado ao idoso em articulação com os serviços de saúde e IPSS's  Promover espaços de convívio e partilha para minorar as situações de isolamento	Elaborar um estudo que permita conhecer as problemáticas inerentes à situação de isolamento socio familiar dos idosos  Criar um grupo de trabalho específico de apoio à área dos idosos - realizar visitas regulares aos idosos isolados  Incrementar redes de apoio através de vizinhança  Realizar um Jantar de Natal convívio para pessoas em situação de isolamento / solidão	Até 2030 apoiar pelo menos 20 idosos em situação de isolamento e sem suporte institucional  Até final de 2030 realizar 1 jantar anual de convívio de Natal	Nº de Idosos sinalizados  Nº de Idosos considerados em situação de isolamento  Nº de voluntários envolvidos na rede de apoio  Nº de jantares convívio realizados  Nº de participantes no jantar de convívio	GNR  Serviços de Saúde  CML-PMI  Juntas de Freguesia  ADRAS  ADSCCL  ACTIVAR
Dificuldade dos idosos no manuseamento dos equipamentos de teleassistência	Garantir maior segurança à população idosa isolada  Incrementar mecanismos de apoio e sinalização em situação de emergência  Prevenção da criminalidade, junto de Idosos	Aumentar e diversificar as respostas disponíveis ao domicílio  Ativar todos os equipamentos de teleassistência	Implementar um novo serviço de teleassistência e acompanhar regularmente os idosos sinalizados, priorizando os mais dependentes, sem retaguarda familiar e a viverem isolados.  Realizar ações de sensibilização de forma descentralizada, junto dos idosos, sobre “risco de burlas e assaltos” e “questões de violência nos idosos”	Até 2030 implementar cerca de 50 equipamentos de teleassistência  Até final de 2030 realizar 6 ações comunitárias de sensibilização sobre “risco de burlas e assaltos” e “questões de violência nos idosos” e abranger cerca de 240 idosos	Nº de idosos com equipamento teleassistência ativos  Nº de voluntários envolvidos  Nº de ações de sensibilização sobre “risco de burlas e assaltos” e “questões de violência nos idosos” realizadas  Nº de Idosos participantes nas ações de sensibilização	CLDS 5G  IPSS's  Associações recreativas e culturais  Radar Social

Promotores



Financiamento:



**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, População Idosa (cont.)**

**Objetivos Gerais:** Garantir a integração social e segurança dos idosos em situação de solidão ou isolamento social  
Promover o envelhecimento ativo

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Aumento do índice de envelhecimento: grau de dependência aumentou e maior prevalência de doenças degenerativas e do foro mental  Decréscimo da participação da população idosa na comunidade e em atividades socialmente úteis	Enfatizar o papel do voluntário  Valorizar as competências individuais, capacidades, aptidões, sabedoria e conhecimento da população idosa	Capacitar os voluntários sobre os direitos e deveres do voluntariado	Realizar ações de formação sobre direitos e deveres do voluntário e os benefícios de participação dos idosos, como voluntários	Até 2030, integrar pelo menos 12 idosos ou pessoas com reforma antecipada, em atividades de voluntariado	Nº de ações de formação sobre direitos e deveres do voluntário realizadas  Nº de idosos integrados em atividades de voluntariado  Nº de entidades promotoras de voluntariado Sénior	
		Reforçar a participação dos idosos no voluntariado sénior	Integrar idosos em vários projetos de voluntariado  Realizar cerimónia pública de reconhecimento de entidades, públicas e privadas, e de pessoas particulares, que tenham contributo voluntário			
	Aumentar o nº idosos (portadores do CMS) em atividades regulares	Diversificar as atividades de animação junto dos idosos de forma descentralizada  Redinamizar os programas do Plano Municipal Sénior	Criar um espaço aberto à comunidade onde exista concentração de diferentes áreas do saber – Universidade Sénior  Dinamizar eventos comunitários e intergeracionais e oficinas abertas à comunidade.  Continuar a assinalar os dias comemorativos: “Dia dos Avós”, “Dia Internacional da Pessoa Idosa” entre outros, com a dinamização de atividades de animação e convívio e com a participação dos próprios idosos  Melhorar a articulação entre os serviços de Saúde e o projeto da CML “Lousã a Mexer +”	Até 2030 implantar uma Universidade Sénior  Até 2030 criar espaço aberto, com a dinamização de vários ateliers, com a envolvimento de várias entidades  Até 2030 envolver cerca de 500 idosos em atividades regulares	Universidade Sénior em funcionamento.  Nº de alunos a inscritos e nº. de alunos a frequentar a Universidade Sénior  Nº de participantes nas atividades regulares	

**Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, Violência Doméstica**

**Objetivos Gerais:** Promover a prevenção da violência doméstica e garantir a proteção das vítimas

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Falta de autoestima das vítimas de VD e dependência económica e emocional da vítima relativamente ao/à agressor/a  Prevalência das situações de violência doméstica nas relações de intimidade  Existência de indícios de violência doméstica nos idosos	Promover o empoderamento das vítimas na reconstrução / reorganização da sua vida	Capacitar as vítimas de VD/VF na procura de ajuda para a sua autonomia  Assegurar maior suporte e apoio psicossocial a todas as pessoas vítimas de violência doméstica	“Projeto 6 em rede” continuar a assegurar o funcionamento do gabinete de apoio à vítima de VD  Apoio psicossocial à vítima de violência doméstica, através do aconselhamento parental, familiar, jurídico e profissional	Até 2030 diminuir reincidência de situações de VD/VF, assegurando apoio individualizado e eficaz a todas as Vítimas sinalizadas	Nº de situações sinalizadas/denunciadas comparativamente a anos anteriores  Nº de famílias e crianças vítimas de VF/VD apoiadas	Ministério Público  GNR  CPCJL  Serviços de Saúde  Dueceira: “projeto 6 em rede”  Parceiros da Rede
Prevalência do sexo masculino como agressor	Trabalhar a violência em diversos contextos (escola, família, comunidade)  Desconstruir estereótipos de género e promover a educação dos sentimentos e o respeito pela diferença	Investir em programas e medidas de prevenção da violência doméstica e de sensibilização para a igualdade de género  Sensibilizar os alunos sobre igualdade de género, violência doméstica e no namoro, participação e cidadania	Constituir grupo de intervenção  Realizar ações de sensibilização junto da comunidade escolar utilizando os meios de comunicação da CIG (cartazes, flyers, jogos, filmes)  Realizar campanhas de sensibilização e prevenção da violência, junto da comunidade.	Até finais de 2030 realizar anualmente 3 ações de sensibilização nas escolas e na comunidade	Nº de ações de sensibilização realizadas  Nº de participantes nas ações de sensibilização realizadas  Nº de materiais da CIG distribuídos  Nº de entidades abrangidas pelas ações	GIF  CIG  IPSS's  CLDS 5G  Radar Social

Grupo-Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade/ exclusão, Comunidade imigrante e minorias étnicas						
Objetivos Gerais: Promover a melhoria do acolhimento e integração da população imigrante e das minorias étnicas						
Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>Dificuldade nas comunicações com os serviços centrais para agendamentos nos serviços AIMA</p> <p>Dificuldade do processo de legalização dos imigrantes</p> <p>Dificuldade dos imigrantes recém-chegados em obter uma equivalência escolar</p> <p>Aumento repentino do número de imigrantes</p> <p>Dificuldades financeiras, enquanto não estão a trabalhar - rendas a custos elevados e por isso têm de partilhar casa, leva a sobrelotação da habitação</p> <p>Poucas atividades de partilha cultural</p> <p>Associação de Estrangeiros da Louçã está inativa há mais de quatro anos</p> <p>Dificuldade dos imigrantes e minorias étnicas em cumprir algumas regras sociais instituídas (incompatibilidades culturais).</p> <p>Minorias étnicas sentem-se discriminadas: recebem muitas críticas pela sua subsidiodependência;</p>	<p>Potenciar a capacidade dos serviços para responder às necessidades dos imigrantes no processo de integração</p>	<p>Intensificar o conhecimento sobre as características socioculturais das diversas comunidades e etnias</p> <p>Contrariar os estereótipos socioculturais da comunidade de acolhimento face à realidade das diversas comunidades e etnias</p>	<p>Elaborar o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes</p> <p>Continuar a acompanhar e apoiar o processo de integração dos imigrantes através do CLAIM</p> <p>Reativar a Associação de Estrangeiros da Louçã</p> <p>Realizar ações de formação certificada e formação informal acessível de português para estrangeiros</p> <p>Realizar e dinamizar atividades multiculturais</p>	<p>Até final 2028 criar o Plano Municipal de Integração de Imigrantes</p> <p>Atender, acompanhar e apoiar no processo de integração 95% dos imigrantes através do CLAIM</p> <p>Até final 2026 reativar a Associação de Estrangeiros da Louçã</p> <p>Até finais de 2030, realizar 1 ação de formação por ano de língua portuguesa para imigrantes</p>	<p>Nº de imigrantes atendidos pelo CLAIM</p> <p>Nº de imigrantes acompanhados pelo CLAIM</p> <p>Nº de imigrantes apoiados pelo CLAIM</p> <p>Associação de Estrangeiros da Louçã em funcionamento ou não</p> <p>Nº. de atividades realizadas pela AdEdL</p> <p>Nº de participantes nas atividades AdEdL</p> <p>Nº de ações de formação de LP realizadas</p> <p>Nº de participantes nas ações de formação de LP</p>	<p>CIM-RC-Município da Louçã</p> <p>AIMA</p> <p>IEFP</p> <p>CLDS5G</p> <p>Radar Social</p> <p>ADSCCL: Microninho Imigrante</p>

## EIXO II – EDUCAÇÃO / CAPACITAÇÃO

### GRUPO-ALVO: Família e Parentalidade – crianças e jovens em risco

**Objetivos Gerais:** Promover a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens e reforçar os fatores de proteção  
Promover a coesão familiar

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Existência de modelos educativos e de parentalidade desajustados às necessidades das crianças e jovens (negligência familiar e parental, déficit de competências parentais)	Capacitar os pais e educadores sobre as competências pessoais e parentais	Diminuir as situações sinalizadas na CPCJ	Realizar ações de sensibilização e dinâmicas de psicoeducação com cuidadores/educadores e rede familiar	Até 2030 assegurar apoio psicossocial de forma regular e sistemática a 30 famílias / ano	Nº de famílias com apoio regular e sistemático	Serviços de Saúde CPCJ
Existência de conflitos intrafamiliares e filioparentais	Identificar os fatores de risco inerentes à negligência parental	Aumentar o conhecimento sobre problemáticas e competências nas famílias-alvo e os fatores de risco	Desenvolver programas de treino de competências parentais	Até 2030 avaliar todas as famílias sinalizadas por problemas de negligência	Nº de famílias sinalizadas/ avaliadas	CML Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE)
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento integral da criança	Potenciar as interações entre filhos/as, pais, outros familiares e a comunidade	Aumentar a participação das famílias no processo socio educativo dos seus filhos	Assegurar o apoio psicossocial (individualizado e familiar) e mediação familiar	Até 2030 desenvolver pelo menos 10 atividades intergeracionais (pais filhos)	Relatório final	Programa Escolhas
Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional	Potencializar as relações sociais positivas	Promover a parentalidade positiva junto dos profissionais e das figuras parentais, no âmbito do Programa Escolhas	Avaliar as famílias acompanhadas por problemas associadas à negligência parental, através dos instrumentos de avaliação definidos cientificamente		Nº de atividades intergeracionais realizadas	NACJR CRI ELI AEL E EPL
Tempo de partilha familiar é reduzido		Desenvolver programas de treino de competências parentais e apoio psicoeducativo a crianças/jovens e suas famílias	Incrementar e valorizar as respostas em contextos não formais e de lazer		Nº de participantes nas atividades intergeracionais	IPSS's e Associações
			Dinamizar atividades concelhias que envolvam as famílias: abordagens intergeracionais.			CLDS 5G Radar Social
			Manter e até alargar o projeto de preparação para o parto e promoção do aleitamento materno.	Até 2030 continuar a atribuir a todos os recém-nascidos um kit de nascimento	Nº de Kits atribuídos a recém-nascidos	Programa primeiros passos
			Realizar sessões de Mindfulness - projeto "Nascer e Crescer Feliz".	Até 2030 realizar 30 sessões de Mindfulness		

Promotores



Financiamento:





**GRUPO-ALVO: Família e Parentalidade – crianças e jovens em risco (cont)**

**Objetivos Gerais:** Promover a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens e reforçar os fatores de proteção  
Promover a coesão familiar

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Existência de crianças com problemas do foro depressivo e comportamentos antissociais e dificuldades de integração socio escolar	Promover a Saúde Mental em contexto escolar	Aumentar as competências pessoais e sociais das crianças e jovens em potencial risco educacional e social  Assegurar apoio psicossocial individualizado	<p>Criar equipa multidisciplinar (dentro dos recursos disponíveis) que possa garantir uma resposta permanente para garantir acompanhamento sistemático às crianças /jovens e famílias.</p> <p>Dinamizar os gabinetes de apoio escolar (com equipa de intervenção psicossocial e de saúde).</p> <p>Realização de Ações de informação e sensibilização sobre diversas temáticas</p>	<p>Até 2030 assegurar apoio (psicossocial) regular através de uma equipa multidisciplinar</p> <p>Implementação do CAFAP</p> <p>Até 2030, realizar 8 sessões/ ano de informação e sensibilização sobre diversas temáticas</p>	<p>Nº de técnicos afetos e respetivas especialidades</p> <p>Nº de crianças /famílias em acompanhamento</p> <p>Nº de crianças e jovens acompanhados individualmente</p> <p>Nº de ações de informação e sensibilização desenvolvidas</p> <p>Nº de participantes nas ações</p>	ADSCCL:Fortaleza dos afetos

Promotores



Financiamento:



**GRUPO-ALVO: Jovens**

**Objetivos Gerais:** Promover a educação inclusiva e equitativa, valorizando e diversificando as opções formativas  
 Promover a participação ativa dos jovens na sociedade  
 Promover a autonomização dos jovens

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>Sentimento de desinformação acerca das ofertas formativas dos vários níveis de ensino tanto a nível local, como regional</p> <p>Falta de uma estrutura adequada às necessidades e rotinas das pessoas jovens para que possam estudar; partilhar experiências e organizar atividades</p> <p>Falta de iniciativas de promoção cultural e musical</p>	<p>Sensibilizar os agentes educativos para a importância da diversidade de ofertas formativas e adequadas às necessidades dos empregadores.</p> <p>Potenciar a valorização do ensino profissional</p>	<p>Aumentar a perceção da comunidade relativamente à oferta existente: o que há, o que falta, o que é preciso.</p> <p>Assegurar oferta educativa ajustada aos interesses das crianças e jovens em situação de risco educacional</p> <p>Dar a conhecer aos jovens as potencialidades da oferta educativa/formativa existente na região</p>	<p>Realizar um fórum por ano em torno das ofertas formativas e das saídas profissionais.</p> <p>Realizar uma Feira de Profissões</p> <p>Desenvolver atividades no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE)</p> <p>Reforço do apoio escolar para crianças /jovens que necessitem desse apoio</p>	<p>Até 2030 realizar pelo menos 5 fóruns informativos e práticos para saídas escolares e profissionais</p> <p>Até 2030 realizar pelo menos uma Feira de Profissões</p> <p>Efetuar pelo menos uma candidatura anual ao Programa ERASMUS+</p>	<p>Nº de cursos /oferta formativa criadas</p> <p>Grau de satisfação dos alunos que frequentam os cursos</p> <p>Diminuição do desemprego jovem- grupo etário 18-35 anos</p> <p>Nº de alunos em formação integrada</p> <p>Realização da Feira das profissões</p> <p>Nº de entidades que apresentaram candidaturas ao Programa ERASMUS+</p>	<p>ANQEP /ME</p> <p>IEFP</p> <p>CML</p> <p>AEL</p> <p>EPL</p> <p>Agentes Educativos AESL</p> <p>Associações de Pais e Encarregados de Educação</p> <p>Programa Escolhas</p>
<p>Insuficiência de respostas para ocupação dos tempos livres (OTL) dos jovens com programas atrativos, enriquecedores e diferenciados</p> <p>Falta de uma estratégia de comunicação entre a comunidade jovem e as organizações</p>	<p>integração/ inclusão socio educativa e cultural articulando com entidades com responsabilidade educativa/formativa</p> <p>Promover a divulgação de mecanismos formais de participação cívica que aproximem os jovens das oportunidades existentes localmente</p>	<p>Alargar os horizontes culturais sociais e relacionais dos jovens</p> <p>Promover / garantir igualdade de oportunidades para jovens talentosos que enfrentam desvantagens financeiras</p>	<p>Criar novos clubes e integrar jovens em associações recreativas, culturais e desportivas e atividades artísticas.</p> <p>Reforçar e dinamizar as medidas municipais de apoio à juventude (educação, emprego, habitação, fiscalidade, cultura, desporto e lazer) no âmbito do Plano Municipal da Juventude.</p> <p>Cartão Municipal Jovem</p>	<p>Até 2030, integrar, gratuitamente, 30% dos alunos sinalizados em atividades recreativas, culturais, desportivas e atividades artísticas</p>	<p>Nº de clubes envolvidos</p> <p>Nº de crianças e jovens integrados em atividades</p> <p>Nº de jovens inseridos no programa de ocupação dos tempos livres;</p>	<p>Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE)</p>

Promotores



Financiamento:



## EIXO III - SAÚDE

### GRUPO-ALVO: Famílias em situação de vulnerabilidade, dependentes em AVD's, cuidados paliativos e doença mental

**Objetivos gerais:** Promover a saúde integral e equitativa para todos,  
 Promover respostas na área da saúde mental  
 Reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>Indicador elevado de Internamentos por doença mental (Nº por 100 000 habitantes)</p> <p>O aumento da esperança média de vida e da população envelhecida tem como consequências: o crescimento progressivo do grau de dependência dos idosos e a prevalência de doenças degenerativas a nível físico e mental nesta população.</p> <p>Insuficiência de respostas de apoio no domicílio na área da reabilitação, em especial para o grupo de idosos com maiores dependências e pessoas com necessidade de cuidados paliativos. Serviços sem capacidade e sem recursos para responder às</p>	<p>Promover a atitude proativa, desenvolver ações preventivas nos idosos na área das demências (grupo de pares)</p> <p>Capacitar os cuidados formais e informais de apoio a idosos e cuidados paliativos</p>	<p>Aumentar o número de idosos participantes de forma mais regular em atividades preventivas</p>	<p>Realizar ações de sensibilização/dinamização de atividades regulares e descentralizadas, com dinâmicas de jogos de memória, oficinas, informática, leitura, teatro, visionamento de vídeos e informações, debates sobre temas de interesse para os idosos</p>	<p>Até 2030 implementar no concelho da Lousã o Plano Local de Saúde Mental</p> <p>Até 2030 envolver 40 idosos nestas ações, sendo 10, de cada uma das freguesias do concelho</p>	<p>Nº de atividades desenvolvidos</p> <p>Nº de idosos participantes</p> <p>Nº de voluntários envolvidos</p> <p>Nº de entidades envolvidas</p>	<p>PRR</p> <p>CML</p> <p>Equipa do NLI</p> <p>Serviços de Saúde</p> <p>Bombeiros</p> <p>ADSCCL: Banco de Recursos 5 sentidos sénior (ajudas técnicas)</p> <p>IPSS's e Associações</p> <p>CLDS5G</p> <p>Radar Social</p>
		<p>Aumentar o apoio de reabilitação ao domicílio na área dos idosos e cuidados paliativos</p>	<p>Apresentar candidatura para a aquisição de carrinha, equipamento de reabilitação e reforço de recursos humanos, na área da saúde de reabilitação e saúde mental.</p>	<p>Até finais de 2030 apresentar uma candidatura para este fim</p>	<p>Nº de idosos apoiados ao nível da reabilitação</p>	
		<p>Aumentar a rede de suporte aos dependentes</p> <p>Aumentar a rede de suporte aos cuidadores</p>	<p>Realizar ações de formação em diversas temáticas para apoio à pessoa com demência/dependência.</p> <p>Criar uma rede de mentores para apoio aos doentes (grupos de entreajuda).</p> <p>Assegurar apoio técnico e psicológico aos cuidadores informais</p>	<p>Até final de 2030 formar 10 cuidadores informais</p> <p>Até ao final de 2030 dar suporte domiciliário a 5 cuidadores informais</p> <p>Realizar 6 sessões para cuidadores informais</p>	<p>Nº de idosos apoiados</p> <p>Nº de participantes cuidadores informais</p> <p>Nº de sessões realizadas</p>	

Promotores



Financiamento:



**GRUPO-ALVO: Famílias em situação de vulnerabilidade, dependentes em AVD's, cuidados paliativos e doença mental (cont)**

**Objetivos gerais:** Promover a saúde integral e equitativa para todos,  
 Promover respostas na área da saúde mental  
 Reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>solicitações efetuadas principalmente pelos idosos sem retaguarda familiar.</p> <p>Número significativo de famílias recorrem aos serviços e apoios sociais apresentam problemas de saúde muitos associados a doença mental e outras do foro psíquico incapacitantes para o trabalho</p> <p>Dificuldade das instituições em articularem e comunicarem com os serviços de saúde.</p> <p>Dificuldade por parte das pessoas em acederem a consultas de especialidade</p> <p>Desconhecimento da problemática das dependências e da doença mental a nível local.</p> <p>Muitos municípios sem médico de família</p>	<p>Reforçar a intervenção articulada e sistémica junto de indivíduos que apresentam problemas de saúde</p> <p>Estreitar a articulação com os serviços de saúde mental</p>	<p>Aumentar o nº de participantes nas ações de sensibilização, prevenção e rastreios</p> <p>Capacitar os beneficiários da ação social para literacia na saúde</p>	<p>Corresponsabilizar entidades e beneficiários no processo de inserção dos beneficiários do RSI em dimensões como a Saúde, emprego /formação, ação social, educação</p> <p>Realizar sessões de Psicoeducação, sobre fatores de risco e proteção</p> <p>Reforço do apoio social para beneficiários com problemas de saúde</p>	<p>Até 2030 realizar 8 ações de formação/informação sobre diversas temáticas ligadas à área da saúde</p> <p>Até 2030 ter 10 beneficiários em acompanhamento de consultas de especialidade como psiquiatria, neurologia, psicologia ...</p>	<p>N.º Ações contratualizadas</p> <p>Nº de beneficiários abrangidos com acompanhamento médico regular</p> <p>Nº de beneficiários com apoio em medicamentos / exames médicos ou outros</p> <p>Nº de ações de informação realizadas</p>	

Promotores



Financiamento:



**GRUPO-ALVO: Toxicodependentes e Alcoolismo**

**Objetivos gerais:** Diminuir os fatores de risco das dependências

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais
Comportamentos aditivos: consumos excessivos de bebidas alcoólicas e substâncias (tabaco); toxicodependência (psicóticos, medicamentos depressivos, drogas químicas, crack e dependência do jogo on-line)	Prevenir, reduzir riscos, minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos  Reforçar a intervenção junto de indivíduos que apresentam comportamentos aditivos  Prevenir os comportamentos aditivos (álcool, droga, jogo, fármacos, entre outros) em contexto escolar e comunitário	Aumento do nº de participantes nas ações de sensibilização e psicoeducação  Aumento do nº de ações de fiscalização de estabelecimentos de venda de substâncias nocivas	Realizar sessões de psicoeducação sobre fatores de risco e proteção de comportamentos aditivos.  Dinamizar o protocolo com o IREFREA sobre a prevenção do consumo de álcool na adolescência  Realizar ações de sensibilização junto de estabelecimentos (bares, cafés) para a inibição da venda de bebidas alcoólicas a jovens.  Realizar ações de fiscalização junto dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco.	Até 2030 realizar 20 sessões de psicoeducação  Participar em ações do plano de atividades do IREFREA  Até 2030 realizar 6 sessões de sensibilização junto de estabelecimentos de venda de bebidas	Nº de ações de sensibilização e de psicoeducação desenvolvidas  Nº de participantes nas ações  Nº de ações de fiscalização de estabelecimentos de venda de substâncias nocivas	GNR  CPCJ  Serviços de Saúde  Escolas  GIF  IREFREA  Empresas  Programa Escolhas

Promotores



Financiamento:



## EIXO IV - HABITAÇÃO

**GRUPO-ALVO: Famílias a viverem em habitações com precárias condições de habitabilidade, sem abrigo ou famílias com dificuldades em arrendar**

**Objetivos gerais:** Melhorar as condições das habitações e conforto habitacional  
Assegurar o direito à habitação

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
<p>Dificuldade em arrendar habitações a baixo custo e localizar habitações adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida</p> <p>Pouca oferta no mercado imobiliário de habitação para aquisição e de habitação a custos controlados. Inexistência de programas de apoio ao arrendamento acessível</p> <p>A escassez de oferta no mercado de arrendamento dificulta o acesso à habitação no concelho, principalmente a agregados em vulnerabilidade social ou população mais jovem que procura emancipar-se e dos agregados que não conseguem aceder aos valores do arrendamento ou a um empréstimo bancário para aquisição de habitação</p>	<p>Definir uma política de habitação social para públicos vulneráveis</p> <p>Incentivar o proprietário para reabilitação de edifícios antigos para habitação a renda acessível</p>	<p>Apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas vulneráveis e que vivem em condições habitacionais indignas</p> <p>Aumentar a resposta de habitação com renda social</p> <p>Conhecer melhor os recursos habitacionais</p> <p>Criar as condições para a regularização do pagamento de rendas</p> <p>Diminuir as ações de despejo e situações de sem abrigo</p> <p>Apoio ao arrendamento Jovem com idade entre 20 e os 35 anos</p>	<p>Candidatura ao programa 1º. Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação</p> <p>Elaboração de regulamento de apoio ao arrendamento jovem</p> <p>Divulgar de forma mais incisiva o Programa Juvenil Porta 65</p>	<p>Apoio aprovado às 58 candidaturas submetidas à 1ª. Fase do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação</p> <p>Elaborar um estudo sobre os recursos ao nível habitacional</p> <p>Até 2030 estar concluído o projeto de reabilitação do bairro da Igreja</p> <p>Até 2030 aprovar o regulamento apoio ao arrendamento jovem</p> <p>Até 2030 apoiar 15 casais jovens através de apoio ao arrendamento</p>	<p>Nº de Projetos apoiados</p> <p>Nº de famílias apoiadas</p>	<p>Políticas sociais de apoio à habitação ELHL – IHRU</p> <p>Juntas de Freguesia</p> <p>Programa 1ª Direito</p> <p>Programa acessibilidades 360º</p> <p>CIM – RC CML: BNAUT e Arrendamento acessível</p> <p>Programa Porta de Entrada</p> <p>Programa de apoio á recuperação de habitação degradada</p> <p>Conferências. Vicentinas</p>

Promotores



Financiamento:



**GRUPO-ALVO: Famílias a viverem em habitações com precárias condições de habitabilidade, sem abrigo ou famílias com dificuldades em arrendar (cont.)**

**Objetivos gerais:** Melhorar as condições das habitações e conforto habitacional  
Assegurar o direito à habitação

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas a Implementar	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais
<p>Agregados familiares a viverem em precárias condições habitacionais</p> <p>Falta de mobiliário e equipamentos domésticos</p> <p>Falta de hábitos de higienização no espaço habitacional</p>	Capacitar as famílias para melhor organização do espaço habitacional incluindo a higiene	Aumentar o número de famílias a viverem em habitações dignas	<p>Apoio nas candidaturas aos programas de apoio habitacional</p> <p>Visitas domiciliárias para acompanhamento mais estreito para organização do espaço habitacional</p> <p>Realizar sessões de informação sobre os direitos e deveres dos inquilinos</p>	Até 2030 abranger 40 agregados familiares em que ocorreram alterações no espaço habitacional / ou resultante de mobiliário e ou equipamento doméstico	<p>Nº ações contratualizadas</p> <p>Nº de beneficiários abrangidos</p> <p>Nº de beneficiários que regularizaram a sua situação habitacional</p>	<p>Parceiros RS</p> <p>DECO</p> <p>IPDJ</p>
Existência de barreiras arquitetónicas nas habitações, em especial as mais antigas, onde residem os idosos	Aumentar os níveis de autonomia aos idosos mais dependentes   pessoas com mobilidade condicionada	<p>Melhorar as acessibilidades e na fruição das suas habitações</p> <p>Eliminação de barreiras arquitetónicas</p>	Executar obras para eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações próprias das pessoas idosas e deficientes.	Até 2030 eliminar barreiras arquitetónicas em 6 habitações	<p>Nº de Habitações intervencionadas</p> <p>Verbas despendidas</p> <p>Nº Parceiros envolvidos</p> <p>Nº de indivíduos beneficiados</p>	
Falta de alojamentos para situações de emergência social e para públicos em situação de vulnerabilidade social - apartamento de autonomização	Criar condições para assegurar alojamento transitório e apoiado à vítima que não manifeste vontade de sair da Lousã, ou de ir para alojamento de emergência, ou casa abrigo.	Reabilitação de 6 habitações no bairro dos Carvalhos	Criar condições para o acolhimento de Vítimas de VD em situação de crise (apartamentos de transição)	Até finais de 2026 reabilitar 6 habitações do Bairro dos Carvalhos	Nº de Habitações intervencionadas	

## 2ª. Dimensão – Capacitação da Comunidade e das Instituições

### EIXO V – CAPACITAÇÃO E GESTÃO ORGANIZACIONAL DE GOVERNANÇA INTEGRADA

#### ÁREA: Rede Social

**Objetivos Gerais:** Melhorar a cooperação/avaliação na sua cultura organizacional, incentivando à disseminação de boas práticas por parte das diferentes instituições no que refere ao apoio na área da intervenção social

Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Instituições viradas para si próprias - frágil relação entre as entidades no que respeita à criação de estratégias de intervenção comuns	Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDS 2024-2030	Capacitar os serviços através de um conjunto de ações promotoras de políticas de integração, cooperação e melhoria, bem como introduzir, analisar e avaliar dados permitindo uma análise global e uma intervenção geral	Criar uma plataforma on-line que possibilite a todos os técnicos envolvidos planear, controlar e gerir as atividades.	Formar até 2030, 10 pessoas diretamente relacionados com o atendimento social	Criação da plataforma online Nº de pessoas formadas na área do atendimento social	IEFP CML CPCI Parceiros da Rede Social
Défice na gestão e monitorização da ação social concelhia	Potenciar as competências profissionais dos técnico e dirigentes	Capacitar os profissionais e adequar as competências técnicas /novas metodologias de intervenção junto de indivíduos e famílias multidesafiados	Realizar ações de formação de curta duração sobre temáticas, tais como: violência doméstica; doença mental, dependências.	Formar 10 profissionais dos serviços em pelo menos duas áreas (doença mental, dependências ou apoio a vítimas de VD)	Nº de profissionais formadas e em que área	Núcleo das Migrações CLDS 5G
Falta de instrumentos de coordenação e avaliação ao nível das estruturas institucionais-benchmarking		Capacitar os técnicos das entidades, ao nível das competências legislativas e interculturais e outras	Realizar ações de formação aos dirigentes / representantes na Rede Social	Realizar anualmente uma ação de formação dirigida aos representantes, sobre a Rede Social	Realização da formação anual para os representantes da Rede Social Nº de participantes na formação	Radar Social Entidades formadoras ACTIVAR IPSS's
Falta de formação específica de alguns dos técnicos da rede para a intervenção e apoio junto da vítima, doença mental e toxicodependência	Desenvolver projetos em parceria e com objetivos comuns	Valorizar e replicar as boas práticas de funcionamento da rede	Criar sistema de informação/comunicação de governação integrada.	Instalar um sistema informático ou plataforma, enquanto instrumento de apoio à gestão	Nº de programas instalados/ entidades aderentes	Serviços públicos Associação Konkrets
Necessidade de		Dinamizar atividades de benchmarking	Divulgar as atividades desenvolvidas no âmbito das diversas parcerias.			



<p>formação por parte dos dirigentes das instituições, nomeadamente quando há alteração do representante na rede.</p> <p>A maioria das instituições assegura respostas sociais tipificadas, pouca aposta na inovação de âmbito social.</p>	<p>Implementar sistemas de intervenção integrada para crianças</p>	<p>Diversificar abordagens e metodologias através da participação não formal de crianças e jovens e famílias</p>	<p>Avaliar Candidatura Municipal ao programa “Cidades amigas das Crianças” da UNICEF, a desenvolver com a Rede Social.</p>	<p>Planificar participar e realizar atividades articuladas para e com as crianças</p>	<p>Nº de ações desenvolvidas</p> <p>Nº de crianças envolvidas</p>	
--	--	--	--	---	---	--

**ÁREA: Combate à Violência**

**Objetivos gerais:** Capacitar e articular para melhor intervir  
 Capacitar assistentes operacionais no sentido de melhor gerir os conflitos entre pares

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Insuficiência de respostas para presumíveis agressores	Capacitar e articular para melhor intervir	Capacitação dos técnicos na área da VD/VF	Assegurar formação específica para a intervenção nas situações de VD/VF- TAV.	Até março de 2030 assegurar formação TAV a mais 3 técnicos	Nº de técnicos locais com formação em TAV	CML/CIMRC/CIG GIF CPCJL
Dificuldade, por parte dos assistentes operacionais, em trabalhar com jovens e em gerir os conflitos entre pares	Capacitar assistentes operacionais no sentido de melhor gerir os conflitos entre pares	Capacitação dos assistentes operacionais  Diminuir as situações de conflito entre pares	Realizar ações de formação na área da gestão de conflitos, atuação em situação de indisciplina.	Até finais de 2030, capacitar 30 assistentes operacionais e monitoras de atividades extracurriculares	Nº de assistentes operacionais que participaram nas ações e nº de ações realizadas	Ministério Público GNR Serviços de Saúde IPSS AEL e Serviço de psicologia e orientação EPL

**ÁREA: Intervenção Familiar e Comunitária**

**Objetivos gerais:** Qualificar os recursos humanos e os serviços das diferentes respostas sociais  
 Promover ações de sensibilização e formação de promoção para a saúde mental

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
Maior complexidade das problemáticas familiares	Qualificar os recursos humanos e os serviços das	Implementar um programa integrado de desenvolvimento de competências parentais	Formar /capacitar os técnicos através do guia de recursos na área das	Cumprir o programa inscrito no guia de recursos na área das competências parentais	Nº de técnicos envolvidos	CPCJL  CIMRC

Promotores



Financiamento:



Necessidade de consolidar uma intervenção integrada na área da intervenção familiar	diferentes respostas sociais		competências parentais.			IEFP Bombeiros CLDS5G ELI ARCIL
		Capacitar os técnicos para as novas metodologias de intervenção em famílias vulneráveis/multidesafiantes	Realizar ações de formação específica para técnicos da rede social de mediação familiar, entrevista motivacional/metodologia de Coaching parental, entre outras.	Até 2030 capacitar 50% dos técnicos de intervenção social	Nº de ações  Nº de participantes técnicos	
Doença mental (depressões e demências) é uma das problemáticas com insuficiente /quase inexistente resposta a nível local  Deficiente articulação entre serviços com intervenção em Saúde Mental (Coimbra) com as equipas locais de apoio social	Promover ações de sensibilização e formação de promoção para a saúde mental	Aumentar as competências dos recursos humanos das IPSS na área das doenças mentais  Melhorar a articulação entre as instituições de solidariedade social e os serviços de especialidade de psiquiatria da ULS de Coimbra  Aumentar as competências dos cuidadores informais e formais	Assegurar ações de formação qualificante na área das doenças degenerativas aos cuidadores formais. Estabelecer protocolo com os serviços de psiquiatria da ULS de Coimbra para maior acompanhamento e apoio das pessoas com doença mental.	Até finais de 2030 capacitar 30 profissionais das diferentes IPSS sobre os cuidados ao doente mental	Nº de auxiliares de ação direta que participam na formação  Nº de ações de formação realizadas	

Promotores



Financiamento:



## EIXO VI – EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

### ÁREA: Infância e Juventude

**Objetivos Gerais:** Promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens, garantindo o acesso equitativo a serviços e respostas, a oportunidades de crescimento e aprendizagem e à participação ativa na comunidade

Melhorar a qualidade dos serviços e garantir as respostas mais adequadas às necessidades da infância e da juventude

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Principais Responsáveis
Insuficiência de resposta na área da 1ª infância (berçário e creche) da rede solidária	Possibilitar a conciliação da vida familiar com a atividade profissional	Aumentar a resposta de apoio à família - ao nível da 1ª infância	Elaborar projeto para a criação de berçário e creche da rede solidária.  Apresentar eventual candidatura.	Durante o ano letivo 2024/2025, abrir uma creche/ berçário, que vão permitir a disponibilização de mais 72 vagas.	Elaboração do projeto e sua aprovação pelas entidades competentes Início de funcionamento do equipamento.	Segurança Social CML IPSS (a definir)
Insuficiência de resposta socioeducativa (ATL) para crianças e jovens, nas escolas da zona urbana da Lousã: EB nº 1 e EB n.º 2 e secundária		Aumentar a capacidade da resposta de ATL nas escolas da zona urbana	Solicitar a reconversão e alargamento dos acordos de ATL à Segurança Social  Criar novos clubes e diversificar as ofertas.	Até 2030 apresentar candidatura à Segurança Social para reconversão e alargamento dos acordos de cooperação  Criar mais 4 novos clubes		
Equipamentos infantis de exterior com fraca manutenção e pouco diversificados nos seus objetivos pedagógicos e faixas etárias	Melhorar as condições dos equipamentos infantis do concelho	Incentivar famílias para atividades de exterior e brincadeiras ao ar livre que compitam com as TIC	Criar parque de bicicletas para crianças na zona urbana, com segurança  Equipar os espaços de recreio com equipamentos seguros e diversificados	Até 2030 requalificar /apetrechar 2 parques infantis  Criar parque de bicicletas	Evidências da criação e manutenção dos equipamentos existentes	Orçamento Participativo CML Programas IPDJ Programa Municipal “Estágios de Verão”
Insuficiência/ pouca diversidade de atividades na ocupação dos Tempos Livres para crianças a partir dos 13 anos e para jovens  Insuficiente divulgação e comunicação das respostas existentes	Apoiar e diversificar a Ocupação de Tempos Livres dos Jovens  Melhorar a comunicação com os jovens, diversificando os meios de divulgação e reunindo com as Associações de Estudantes	Implementar um programa concertado com atividades diversificadas que vão ao encontro das propostas dos jovens  Apoiar os jovens a organizarem as suas próprias iniciativas e	Realizar uma colónia de férias para jovens carenciados/ano.  Apetrechar o parque urbano da Lousã com equipamentos juvenis e ampliá-lo.  Assegurar maior flexibilidade de horários nos equipamentos desportivos.  Modernizar o Teatro e os Museus locais,	Até 2030:  Instalar equipamentos de aventura e desporto no parque Verde  Melhorar os espaços juvenis da Biblioteca e do Espaço J	Nº de atividade desenvolvidas  Nº de participantes infantis (< 15 anos)  Nº de participantes juvenis (> 15 anos)  Nº de projetos concluídos	Associações desportivas, culturais e outras do CMJL

Promotores



Financiamento:



<p>Dificuldade por parte dos pais e educadores em desenvolver / promover iniciativas que compitam com os recursos digitais</p> <p>Falta de espaços municipais atrativos e que permitam mais autonomia para a juventude</p> <p>Insuficientes recursos humanos para acompanhar as ações da iniciativa dos jovens</p>	<p>Potenciar a concertação de recursos disponíveis</p> <p>Melhorar os equipamentos e respostas, tendo em conta as características e necessidades dos jovens</p> <p>Promover o convívio e dinamizar propostas de desenvolvimento artístico, cultural e criativo para os jovens</p>	<p>propostas</p> <p>Aumentar o nº de participantes jovens em atividades</p>	<p>adequando a programação à faixa etária 15-30.</p> <p>Criar um Espaço Juvenil na Biblioteca Municipal, bem como espaços de estudo e pesquisa.</p> <p>Melhorar o Espaço J, ampliando o Centro Juvenil.</p> <p>Concretizar iniciativas e objetivos do Plano Municipal Jovem.</p> <p>Divulgar programas das associações que ajudem a implementar projetos de interesses dos jovens.</p>	<p>Mobilizar as associações para divulgação das ofertas e a execução de projetos para jovens</p>	<p>Nº de obras realizadas</p>	
--	---	---	--	--	-------------------------------	--

**ÁREA: Idosos**

**Objetivos Gerais:** Melhorar a qualidade dos serviços e garantir as respostas mais adequadas às necessidades dos idosos  
Criar condições para responder às necessidades dos idosos dependentes, isolados

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
<p>Inadequação das respostas sociais face às necessidades reais dos idosos- falta de espaço convívio não formal</p>	<p>Melhorar a qualidade dos serviços e garantir as respostas mais adequadas às necessidades dos idosos</p> <p>Promover atividades oficinas abertas, programas formativos intergeracionais e com a participação dos próprios idosos</p>	<p>Aumentar a participação dos idosos em atividades regulares</p>	<p>Criar um espaço aberto à comunidade para dinamização de várias atividades para pessoas com grau de autonomia, não institucionalizados.</p>	<p>Até 2030 criar um espaço e os diversos ateliers formativos- equivalente a uma universidade sénior</p>	<p>Existência de espaço para o desenvolvimento de atividades para idosos não institucionalizados</p>	<p>CML</p> <p>ADSCCL</p> <p>EMPRESAS</p>
<p>Taxa de cobertura nas diversas respostas sociais</p>	<p>Criar condições para responder às</p>	<p>Aumentar a capacidade de respostas sociais ao</p>	<p>Executar obras de reabilitação e construção no centro social da ARCSG e</p>	<p>Até 2030: Concluir as obras da</p>	<p>Nº de equipamentos concluídos</p>	<p>Instituto da Segurança social</p>

Promotores



Financiamento:



para idosos é uma das mais baixas da região com 14,8%	necessidades dos idosos dependentes, isolados	nível dos idosos	na SCML. (SCML – alargar o acordo de cooperação de SAD para 100 utentes e na ARCSG – ampliar o acordo de SAD para 60 utentes e iniciar o funcionamento da resposta social de Centro de Dia para 40 utentes) Adaptar o Lar residencial da SCML para Lar	ARCSG e SCML,  Aumentar em 30% a taxa de cobertura nas respostas sociais para idosos	Nº de idosos integrados nas respostas sociais  Nº de acordos celebrados	ARCSG  SCML  CML
Nº de acordos é inferior ao nº de utentes a frequentar as diversas respostas sociais de idosos		Assegurar equilíbrio financeiro das instituições	Apresentar candidaturas à Segurança Social para alargamento dos acordos de cooperação ou a realização de novos acordos.	Estabelecimento de novos acordos com a Segurança Social	Nº de novos acordos celebrados	Instituto da Segurança Social  IPSS's
Falta de vagas sociais nas estruturas residenciais para pessoas idosas dependentes e isolados, sós e sem retaguarda		Criar uma nova Resposta Social	Realizar um Estudo para a viabilidade de criação de centro de noite.	Elaboração de estudo de viabilidade de Centro de Noite	Elaboração de Projeto de Centro de Noite	SCML  Instituto da Segurança Social

#### ÁREA: Deficiência

**Objetivos Gerais:** Criar condições para responder às necessidades dos deficientes e suas famílias

Apoiar e diversificar a Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, sem e com necessidades educativas especiais de diferentes graus de dependência

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
Escassez de estruturas de apoio para famílias, crianças, jovens e idosos com deficiências, nomeadamente em resposta social de Intervenção precoce, residência autónoma e Lar Residencial	Criar condições para responder às necessidades dos deficientes e suas famílias	Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência	Construir Lar Residencial para pessoas com deficiência Profunda, criando 6 novos lugares.  Requalificar o Lar de Apoio para deficientes  Elaborar um projeto para Lar Residencial para pessoas com deficiência profunda	Até 2030, concluir as obras da ADIC, SCML e ARCIL  Aumentar em 10% taxa de cobertura nas respostas para pessoas com deficiência	Nº de equipamentos concluídos  Nº de vagas criadas  Nº de utentes integrados	ADIC  SCML  ARCIL
Ausência de apoio complementar para crianças e jovens com deficiência face aos horários rígidos e	Apoiar e diversificar a Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, sem e com necessidades educativas especiais de	Garantir o complemento de apoio família  Conciliação da vida	Alargar horários de determinados serviços, em função da maior procura.  Desenvolver programas extracurriculares, integrados e adaptados	Até 2030 criar as condições (recursos humanos, espaço e equipamentos) para poder responder à	Nº de crianças e jovens com deficiência apoiadas nos períodos não letivos	CML  Segurança Social  Entidades de ATL

Promotores



Financiamento:



reduzidos dos serviços	diferentes graus de dependência	profissional com a família	a crianças portadoras de deficiência.	necessidade das famílias das crianças e jovens com deficiência		
Dificuldades de acesso aos serviços por parte dos deficientes  Dificuldade de acesso à informação / comunicação dos serviços	Reforçar a intervenção da Provedoria Municipal das pessoas com incapacidade, envolvendo os vários parceiros	Criar uma boa prática na promoção dos direitos das pessoas com incapacidade  Reforçar a divulgação do projeto “Lousã Primeiro Destino Turístico Acessível”	Especializar a intervenção da Provedoria Municipal da Pessoa com Incapacidade, no apoio deficiência visual, auditiva, demência, mental.  Articular com as Juntas de Freguesia na sinalização de cidadãos com deficiência de forma a permitir a sua participação na vida social  Regulamentar a atribuição dos novos selos acessíveis (novos critérios de avaliação das acessibilidades para todos)  Realizar sessões de informação sobre linguagem inclusiva  Elaboração de um Guia de Turismo Acessível onde conste todos os locais com acessibilidade  Elaboração de maquetes em 3D dos monumentos mais emblemáticos, das aldeias do xisto bem como da zona do Burgo e sua envolvência de forma às pessoas cegas conseguirem ter uma perceção paisagística e arquitetónica mais exata.	Até final de 2030 ter atingido as seguintes metas: Dar formação à Provedoria Municipal da Pessoa com Incapacidade na intervenção no apoio deficiência visual, auditiva, demência, mental, Realizar sessões de informação sobre linguagem inclusiva  Elaborar o Guia de Turismo Acessível onde conste todos os locais com acessibilidade  Elaborar maquetes em 3D dos monumentos mais emblemáticos, das aldeias do xisto bem como da zona do Burgo e sua envolvência	N.º de ações de formação realizadas  Nº de sessões de informação realizadas  Elaboração do plano  Nº de maquetes 3D elaboradas	CML  Equipa da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade

### ÁREA: Urbanismo e Acessibilidade

**Objetivos Gerais:** Potenciar os recursos existentes e envolver outros parceiros estratégicos na área das acessibilidades

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
Fragilidades na	Melhorar os serviços de	Assegurar acessibilidade	Diversificar a oferta dos transportes	Melhorar e otimizar	Conclusão de projeto	Metro Bus

Promotores



Financiamento:



<p>mobilidade interna com enfoque nas zonas industrial e na freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio</p> <p>Insuficiente rede de transportes intermunicipal, entre freguesias e para as zonas industriais</p>	<p>transportes públicos, em observância das competências da Autoridade de Transportes Intermunicipal da Região de Coimbra</p> <p>Negociar e planificar com a empresa concessionada e prestadora de serviços</p>	<p>e proximidade das pessoas aos serviços e ao trabalho</p> <p>Assegurar transporte para J.I. público das crianças residentes em zonas sem cobertura</p>	<p>públicos - horários e rotas – tendo em consideração a organização intermunicipal dos mesmos.</p> <p>Concretizar as obras de ligação entre Coimbra e Serpins - mobilidade através do Metro Bus.</p> <p>Assegurar serviço de transporte, com segurança, às crianças com 5 anos e que frequentem o pré-escolar, na impossibilidade das famílias o realizarem.</p>	<p>horários e rotas dos transportes públicos</p> <p>Assegurar que todas as crianças com 5 anos frequentam o pré-escolar</p>	<p>regional de mobilidade, coordenado pela CIMRC</p> <p>Conclusão do projeto Metro Bus</p> <p>N.º de crianças com 5 anos que não frequenta o JI por motivos de transporte</p>	<p>TRANSDEV / IMT</p> <p>CIMRC</p> <p>CML</p> <p>Juntas de Freguesia</p> <p>AEL</p> <p>Provedoria Municipal das pessoas com incapacidade</p>
<p>Existência de barreiras arquitetónicas ao nível dos espaços públicos</p>	<p>Potenciar os recursos existentes e envolver outros parceiros estratégicos na área das acessibilidades</p>	<p>Aumentar o nº de espaços públicos e ao ar livre com acessibilidade</p> <p>Melhorar as acessibilidades em zonas periféricas da vila</p> <p>Criar acessibilidades na área sensorial, tanto em passeios e edifícios públicos, bem como na tecnologia da informação</p> <p>Melhorar as acessibilidades para a deficiência auditiva</p>	<p>Fazer cumprir a legislação da acessibilidade (DL. 163/2006) e assegurar maior fiscalização das obras públicas e privadas.</p> <p>Continuar a avaliar tecnicamente as acessibilidades dos equipamentos e estabelecimentos comerciais e atribuir Selos de Acessibilidade.</p> <p>Atribuir uma classificação com estrelas de acordo com o nível de acessibilidade de cada estabelecimento, mais propriamente de 1 a 5 estrelas, constando estas no próprio selo (que se pretende que passe a ser em relevo e colocado em local acessível mesmo a pessoas cegas.</p> <p>Ações de sensibilização / formação dirigida a técnicos diretamente ligados a estas problemáticas, com experiências práticas nas diversas áreas</p> <p>Criação de vídeos promocionais dos pontos de interesse do concelho com língua gestual</p>	<p>Até final de 2025 reavaliar o regulamento da atribuição dos selos "Lousã Acessível"</p> <p>Aumentar o nº de equipamentos públicos com atribuição do selo</p> <p>Até 2027 dinamizar ações de sensibilização / formação a técnicos</p> <p>Até final de 2025 integrar ou formar um técnico em língua gestual</p>	<p>Nº de instituições/entidades adaptadas com maiores acessibilidades</p> <p>Nº de obras públicas adaptadas</p> <p>Nº de selos de acessibilidade atribuídos</p> <p>Existência de técnico e língua gestual</p> <p>Existência de vídeos promocionais de pontos de interesse do concelho em língua gestual</p>	<p>ADIC e SCML</p> <p>Associações locais</p> <p>IPSS's</p>

**ÁREA: Saúde e Apoio Social**

**Objetivos Gerais:** Promover o bem-estar e a qualidade de vida dos doentes, independentemente da fase da sua doença

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
<p>Insuficiência de respostas de apoio no domicílio na área da reabilitação, em especial para o grupo de idosos com maiores dependências e pessoas com necessidade de cuidados paliativos.</p> <p>Serviços sem capacidade e sem recursos para responder às solicitações efetuadas principalmente pelos idosos sem retaguarda familiar.</p>	Promover o bem-estar e a qualidade de vida dos doentes, independentemente da fase da sua doença	<p>Prestar de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção ou de agravamentos de doença crónica.</p>	<p>Construir uma Unidade de Cuidados Paliativos, Unidade de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, com uma capacidade de pelo menos 100 camas</p>	<p>Até final de 2030 construir e colocar em funcionamento uma Unidade de Cuidados Paliativos, Unidade de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, com uma capacidade de pelo menos 100 camas</p>	Nº de equipamentos criados	<p>CML</p> <p>ULS Coimbra</p> <p>ADFP</p> <p>Parceiros da Rede</p>

Promotores



Financiamento:





## EIXO VII – PROMOÇÃO DA IGUALDADE

### ÁREA: Instituições e Comunidade

**Objetivos Gerais:** Promover o diálogo intercultural e a desconstrução de estereótipos  
Refletir, sugerir e implementar medidas de conciliação

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
Prevalência da desigualdade de género em diversas áreas - salarial, responsabilidades parentais, violência doméstica, emprego, entre outros	Trabalhar a violência em diferentes contextos - escola, família, comunidade	Sensibilizar a comunidade sobre a problemática igualdade de género  Fazer mainstreaming de género	Fazer uma campanha forte contra a violência de género  Atualizar o Plano Municipal de Igualdade  Aderir à Carta Europeia para a Igualdade	Até final de 2030, concretizar estratégias e realizar ações e que constarão do Plano Municipal da igualdade	N.º de Medidas implementadas  Nº de participantes Nº de sessões Nº de materiais	AENL  Plano Municipal dos Imigrantes Plano Municipal Sénior  ACTIVAR
Existência de manifestações de discriminação de diversa ordem: racismo e xenofobia, para com determinados grupos étnicos, para com pessoas com orientações sexuais, identidades e expressões de género que fogem à “norma”	Promover o diálogo intercultural e a desconstrução de estereótipos	Aumentar a tolerância, aproximando os cidadãos de realidades múltiplas	Realizar ações de sensibilização aos alunos sobre temas como igualdade de género, violência no namoro, participação e cidadania, discriminação, através de dinâmicas de grupos, jogos, debates, dramatização.  Realizar ações cívicas e promotoras da multiculturalidade e integração comunitária.	Até final de 2030, realizar 10 ações de sensibilização	Nº de ações de sensibilização realizadas  Nº de participantes nas ações	CLAIM  CPCJL  ARCIL  ACM  CLDS 5G
Dificuldade de conciliação da vida profissional com a familiar	Refletir, sugerir e implementar medidas de conciliação		Alargar, encurtar e flexibilizar horários em determinados serviços	Até final de 2030, realizar 3 medidas nas várias Instituições	N.º de Medidas implementadas nas instituições da Rede Social	Programa Escolhas  CIG  CITE  Entidades formadoras

Promotores



Financiamento:



## EIXO VIII – PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

### ÁREA: Comunidade

**Objetivos Gerais:** Mobilizar jovens e idosos para uma participação ativa na sociedade

Problema(s) Identificado(s)	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Meta	Indicadores de Avaliação	Responsáveis
<p>Insuficientes mecanismos de participação nos diferentes grupos etários</p> <p>Insuficiente participação nos mecanismos formais, nos diferentes grupos etários</p>	<p>Facilitar a participação e consulta dos cidadãos em mecanismos de participação pública formais, como as Assembleias Municipais e Reuniões Públicas de Câmara</p> <p>Fomentar a participação em projetos/ planos/ programas sujeitos a consulta pública</p> <p>Promover a participação em iniciativas participativas no território e nacional</p>	<p>Divulgar e dar a conhecer cronogramas e as Ordens de Trabalho das Reuniões Municipais e estimular as JF a fazerem o mesmo</p> <p>Fazer streaming on-line de reuniões</p> <p>Divulgar amplamente as consultas públicas</p> <p>Realizar inquéritos digitais</p> <p>Aumentar a participação de jovens e idosos em órgãos consultivos, nomeadamente Conselhos Municipais</p> <p>Estimular à participação em orçamentos participativos</p>	<p>Melhorar a informação on-line disponível ao munícipe.</p> <p>Partilhar na Internet as reuniões efetuadas.</p> <p>Valorizar o Voluntariado jovem e sénior.</p> <p>Apoiar o associativismo juvenil e as associações de estudantes.</p> <p>Promover fóruns e focus group para discussão dos problemas V/S propostas de soluções.</p>	<p>Em 2025, disponibilizar a informação on-line</p> <p>Aumentar em 10% o n.º de participantes nos Mecanismos de Participação Pública Formais, entre 2024 e 2030</p> <p>Divulgar pelo menos 2 consultas públicas e 1 inquérito on-line por ano</p>	<p>Site da CML</p> <p>Atas das reuniões</p> <p>Nº de focus group realizados</p> <p>Nº de participantes</p> <p>Nº de projetos/ votos resultantes do orçamento participativo</p> <p>Nº de voluntários reconhecidos</p> <p>Nº de associações jovens, constituídas</p>	<p>CML – GAP</p> <p>Juntas de Freguesia</p> <p>Plano Municipal de Igualdade de Género</p> <p>CITE Assembleia jovem</p> <p>Orçamento participativo</p>

Promotores



Financiamento:



## 7. Radar Social – Plano de Ação

### Enquadramento

Nos termos do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), que permitiu que cada Estado-Membro planeasse um conjunto de reformas e de investimentos emergentes para atenuar o impacto económico da crise provocada pela doença COVID-19, foi publicado o Decreto-lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do seu Plano de Recuperação e Resiliência.

No âmbito da Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), surge a medida Radar Social.

Para a implementação de projetos piloto, em Portugal Continental, prevê-se a criação de 278 equipas técnicas multidisciplinares, constituídas por dois a seis elementos de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e a abrangência da intervenção, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social e das Câmaras Municipais.

O impacto económico e social provocado pela pandemia COVID-19 contribuiu para o agravamento das condições de vida das pessoas e das famílias, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social. Neste contexto, o Radar Social assenta no desenvolvimento de um trabalho de parceria e cooperação, de referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade com as redes locais.

A duração do projeto é de 27 meses, com limite a 31 de março de 2026.

O Radar Social assenta no desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação, de referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade com as redes locais.

Através da medida Radar Social será implementado um sistema integrado de georreferenciação social e de capacitação dos territórios na ativação das respostas e otimização dos recursos, visando trazer maior eficácia à ação das entidades locais, apoiada na noção de desenvolvimento social e integrada numa perspetiva do desenvolvimento local.

As Equipas do Radar Social, poderão dar um contributo decisivo para a construção, atualização e o enriquecimento desse conhecimento sobre os territórios, nomeadamente atualizando os instrumentos de planeamento da Rede Social do concelho e identificando pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, através de um sistema integrado de georreferenciação social, em articulação com os parceiros locais.

Promotores



Financiamento:



## Fases do Projeto

O período de execução do projeto Radar Social é de 27 meses, com limite a 31 de março de 2026.

O projeto contempla duas fases distintas de intervenção, durante o período de vigência, distribuídas da seguinte forma:

**Fase 1 (até 3 meses**, podendo ser prorrogada por um mês, desde que devidamente fundamentada e autorizada pelo ISS, I.P.) – **Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação**

- Atualizar os instrumentos de planeamento da Rede Social – Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação, onde devem estar incluídas as atividades que irão desenvolver no âmbito do Programa Radar Social, devidamente discriminadas, com metas e respetivos indicadores;
- Mapear recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível dos concelhos e das freguesias.

**Fase 2 (24 meses) – Georreferenciação social dos territórios e execução do plano de ação**

- Implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social. Este sistema deve ser operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais, recolhendo as devidas autorizações que cumpram o RGPD e para eventual disponibilização dos dados pessoais para as entidades parceiras;
- Promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades;
- Executar o Plano de Ação, devendo ter como referência as seguintes atividades:
  - \*Referenciação em contexto de vida da pessoa ou da família em situação de vulnerabilidade social;
  - \*Realização da avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação;
  - \*Informação/orientação da pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da Rede Social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação;
  - \*Ativação direta da rede de recursos locais da Rede Social local, sempre que da referenciação resultar a necessidade de uma intervenção social emergêcia.

Promotores



Financiamento:



Objetivos	Ações   Projetos	Calendarização		Metas	Indicadores	Entidades Responsáveis
		Data de início	Data de fim			
Constituir a equipa final do Projeto Radar Social	Procedimento concursal	01/08/2024	31/03/2026	Equipa projeto constituída	N.º de técnicos afetos ao projeto	CML
Atualizar os instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2024-2030	Atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2024-2030	01/06/2024	30/09/2024	Instrumentos de Planeamento da Rede Social atualizados e aprovados em reunião de CLAS, de 10/09/2024	Nº de Instrumentos criados Nº de Instrumentos aprovados	CML Rede de Parceiros da Rede Social Equipa Radar Social CLAS
Elaborar Plano de Ação do Projeto Radar Social	Elaboração do Plano de Ação Radar Social	01/06/2024	30/09/2024	Plano de Ação Radar Social elaborado e aprovado em reunião de CLAS, de 10/09/2024	Instrumento criado Instrumento aprovado	CML Rede de Parceiros da Rede Social Equipa Radar Social CLAS
Articular com a rede de parcerias locais	Articulação com a rede de parcerias locais	01/08/2024	31/03/2026	Proceder a partilha de experiências, contributos e apreciações. Mobilizar a rede em proximidade e articulação	Nº de reuniões com os parceiros Nº de Focus groups Nº de sessões de informação Nº de Instrumentos / documentos elaborados	CML Rede de Parceiros da Rede Social Equipa Radar Social CLAS
Dinamizar reuniões descentralizadas com os parceiros para divulgação do projeto, agregação de conhecimento e fomento da articulação	Dinamização de reuniões descentralizadas com parceiros	01/10/2024	31/03/2026	Divulgar o projeto, agregar conhecimentos, fomentar o trabalho em articulação	Nº de reuniões com os parceiros Nº de Focus groups Nº de sessões de informação	Equipa Radar Social Parceiros locais
Mapear os recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as Cartas Sociais municipais.	Proceder ao mapeamento dos recursos regionais e locais	01/06/2024	30/09/2024	Proceder à elaboração de uma lista de Recursos	Nº de instrumentos elaborados	Equipa Radar Social - CML

Promotores



Financiamento:



Objetivos	Ações   Projetos	Calendarização		Metas	Indicadores	Entidades Responsáveis
		Data de início	Data de fim			
Elaborar um Guia de Recursos on-line	Proceder à criação de um Guia de Recursos e de plataforma on line	01/10/2024	31/12/2024	Proceder à elaboração de um Guia de Recursos E criação de uma plataforma on-line	Plataforma em funcionamento	Equipa Radar Social – CML  CML
Executar o Plano de Ação elaborado na primeira fase	Execução do plano de ação da medida radar social	01/10/2024	31/03/2026	Executar o plano de ação	Nº de ações realizadas Nº de instrumentos elaborados Nº de documentos elaborados	CML Rede de Parceiros da Rede Social Equipa Radar Social CLAS
Realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação	Realização da avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação	01/10/2024	31/03/2026	Realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar de 1300 pessoas, fazendo o seu registo no sistema integrado de georreferenciação	Nº de registos efetuados	Equipa Radar Social - CML
Informar/orientar a pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da rede social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação	Orientação da pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da rede social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação	01/10/2024	31/03/2026	Orientar, encaminhar e acompanhar pessoas ou famílias	Nº de encaminhamentos efetuados	Equipa Radar Social - CML
Ativar a rede de recursos locais da Rede Social, sempre que de uma referenciação resulte a necessidade de uma intervenção social de emergência	Ativação da rede de recursos locais da Rede Social, sempre que de uma referenciação resulte a necessidade de uma intervenção social de emergência	01/10/2024	31/03/2026	Ativar a rede de recursos	Nº de registos efetuados	Rede de Parceiros da Rede Social Equipa Radar Social - CML

Promotores



Financiamento:



## Equipa

A equipa do Radar Social deve constar no mapa de pessoal da Câmara Municipal, exercendo a sua atividade funcional em regime de exclusividade, não podendo acumular com outras funções ou sobrepor a sua atividade com outras atividades ou projetos promovidos ou desenvolvidos pela Câmara Municipal, nomeadamente no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, no acompanhamento a beneficiários do RSI, CLDS, NLI, CPCJ, entre outras.

A equipa do Radar Social desenvolve a sua atividade na Rede Social e nas suas estruturas operacionais, enquanto recursos humanos permanentes para mobilização da Rede, em grande proximidade e articulação com as instituições que compõem a rede de parcerias locais, nomeadamente serviços da Câmara Municipal, serviços da segurança social, da saúde, da educação e do ensino superior, da justiça, de segurança (GNR e PSP), rede de instituições do sector social e solidário, do sector privado, entre outras

Câmara Municipal da Lousã | Unidade de Intervenção Social e Saúde | Equipa Radar Social:

Helena Costa (Coordenadora) - Técnica Superior – Assistente Social

Diana Meireles - Técnica Superior- Socióloga

Contatos:

Tel.: (+351) 239990370

E-mail: projeto.radar@cm-lousã.pt

## 8. Modelo de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação

A eficácia e o sucesso de qualquer plano de desenvolvimento social dependem não apenas da sua formulação e implementação, mas também da capacidade contínua de avaliar e ajustar os resultados alcançados. Nesse sentido, a fase de monitorização, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Social desempenha um papel fundamental para garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de maneira eficaz e sustentável.

A monitorização envolve a recolha sistemática e contínua de informações relevantes relacionadas com a implementação do plano permite rastrear o progresso do mesmo em relação às metas e indicadores definidos. Isso inclui a recolha de informações quantitativas e qualitativas, bem como a análise regular dos dados para identificar tendências, lacunas e áreas que necessitam de atenção. A monitorização permite a deteção precoce de possíveis desvios e ações corretivas.

O acompanhamento consiste na análise e avaliação constante do progresso do plano em relação

Promotores



Financiamento:



aos objetivos traçados. Envolve todas as partes interessadas, desde os responsáveis pela implementação até às entidades parceiras e permite a identificação de áreas de sucesso e daquelas onde é necessário realizar ajustes.

A avaliação é uma análise mais profunda e abrangente dos resultados alcançados através do Plano de Desenvolvimento Social e visa compreender se os objetivos foram cumpridos, sendo feitas recomendações para ajustes futuros.

O Concelho da Lousã tem trabalhado numa lógica de parceria, que se assume como uma boa prática, face à eficácia e eficiência das intervenções e nos projetos que têm sido implementados e executados no Concelho.

No âmbito do Plano Desenvolvimento Social está proposto a criação de uma plataforma online que possibilitará a todos os técnicos envolvidos na Rede Social, planear, controlar e gerir as atividades inscritas no plano, bem como, introduzir, analisar e avaliar dados, numa lógica de cooperação e melhoria, permitindo uma análise global e uma intervenção geral.

Este instrumento irá permitir uma gestão de perfis: coordenadores, técnicos, parceiros, peritos, entre outros.

A análise e avaliação dos dados serão feitas igualmente através de relatórios e documentos, relatório de ações, balanço de atividades, execução física, etc. Procurar-se-á assim, através de um modelo dinâmico e participativo, assegurar inputs dos vários parceiros e também de outros participantes, no sentido de ultrapassar eventuais obstáculos e constrangimentos à execução do Plano bem como proporcionar e disponibilizar, de forma eficaz e regular, informação atualizada acerca do mesmo.

Serão realizadas reuniões trimestrais, as quais serão dinamizadas pela Câmara Municipal da Lousã, enquanto entidade que preside ao CLAS e por isso, com a responsabilidade em proceder à comunicação e reporte da execução do plano. No seio das reuniões serão apresentados e discutidos os principais resultados alcançados, ao nível da execução qualitativa e quantitativa, bem como os problemas eventualmente existentes e as formas de os ultrapassar.

Para o efeito, serão utilizados métodos correntes de gestão por objetivos, nos quais a gestão será analisada contra objetivos pré-definidos e associados a pontos ou datas chave das várias componentes do Plano, os fatores facilitadores e obstáculos.

## 9. Bibliografia

Diagnóstico Social do Concelho da Lousã | 2019-2021

Plano de Desenvolvimento Social | 2019-2021

Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Concretiza a Transferência de Competências para os órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Ação Social

Decreto-lei nº 115/2006, de 14 de junho – Regulamenta a Rede Social

Promotores



Financiamento:





Decreto-Lei n.º 74/2022, de 24 de outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 de 29 de dezembro – Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023 de 17 de janeiro – Aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030

<https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>

<https://centro2030.pt/o-centro-2030/>

<https://pessoas2030.gov.pt/>

<https://recuperarportugal.gov.pt/>

<https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=publicado-o-primeiro-plano-de-acao-para-o-envelhecimento-ativo-e-saudavel>

<https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>

<https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>

<https://www.cig.gov.pt/siic/2014/10/planos-nacionais-violencia-domestica-e-de-genero/>

<https://www.acm.gov.pt/pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem->

<https://pns.dgs.pt/>

[https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica\\_Detail.aspx?Consulta\\_Id=241](https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=241)

<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Promotores



Financiamento:

